

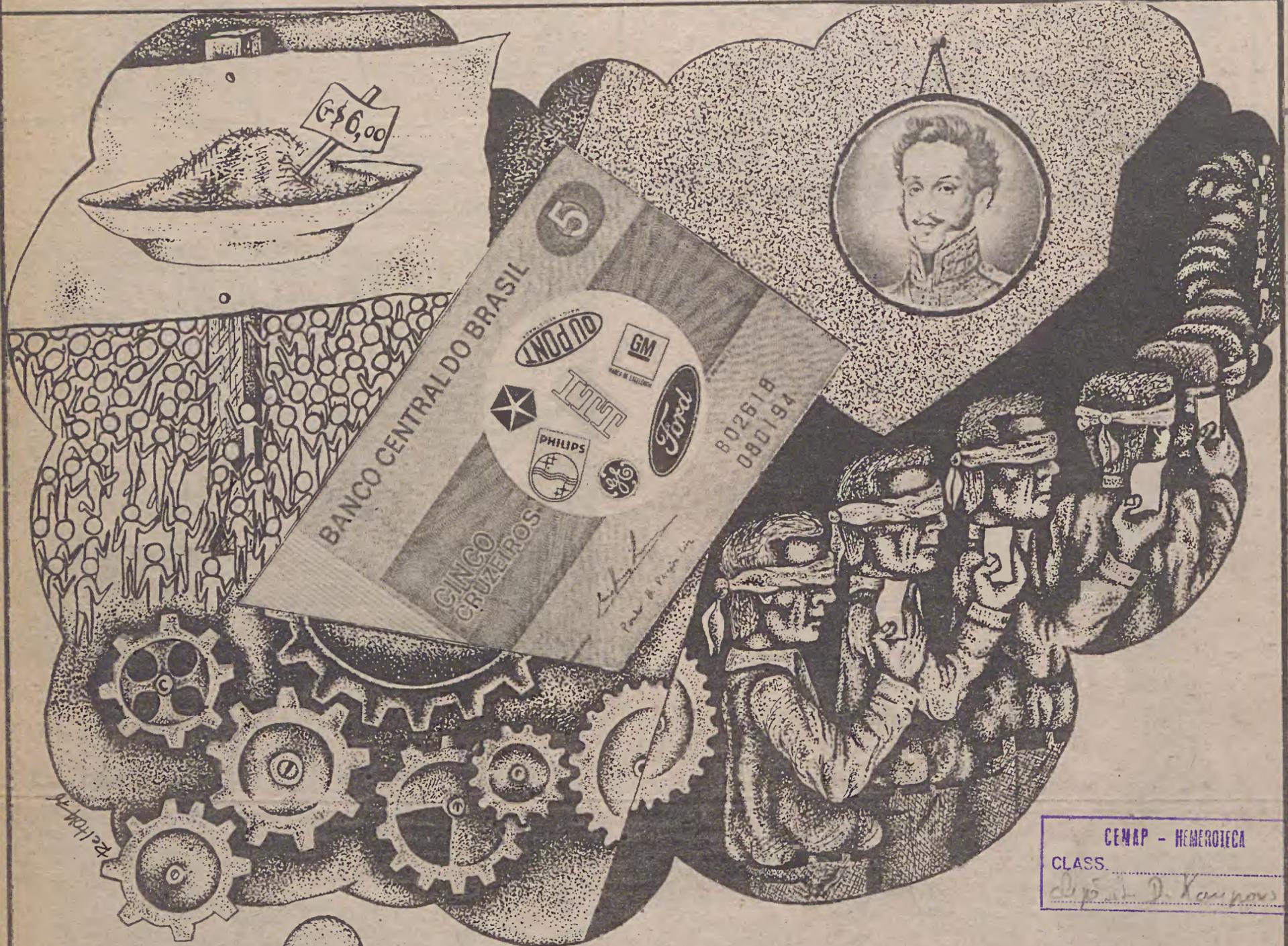
DOIS PONTOS

FUNDO DK CEMAP
P2/82

Nº 7

Um Jornal de Estudante

Cr\$ 4,00



CEMAP - HEMEROTECA
CLASS. *dois pontos*

CRUSP

A vitória

ELEIÇÕES

Votar em quem ?

A QUESTÃO TECNOLÓGICA

Entrevista com Chico de Oliveira





Os que chegam com a noite



A noite, ao que parece, envolve a Universidade em mistérios profundos. Se durante o dia, um ostensivo policiamento «garante» a vida dos estudantes contra «possíveis malfeitores», à noite a Universidade parece ficar completamente abandonada, e os poucos vigias que sobram dormem pesadamente.

No semestre passado, 40 urnas contendo o voto de 12 mil alunos para o DCE livre da USP foram roubadas e até hoje, nada de oficial foi apurado. Ninguém viu, ninguém sabe o que se passou. No mês de agosto, o fato repetiu-se novamente.

Na noite do dia 30 o Centro Acadêmico da Faculdade de Economia e Administração foi arrombado e 2 mimeógrafos de propriedade de todos os alunos da escola foram roubados e até agora não devolvidos. Em outro

fim de semana o Cefisma (Centro Acadêmico de Física e Matemática) foi revistado, revirado durante a noite. Como de costume, nada foi revelado e o aparente mistério é a única resposta.

Entretanto, um fato fica esclarecido: a tão propalada autonomia universitária não passa de palavras.

O campus, a qualquer momento, é invadido, os CAs arrombados, sem que o reitor se manifeste. Todas estas invasões nada mais são que atentados contra a livre organização dos estudantes, uma vez que nunca se soube que a reitoria ou qualquer outro prédio da administração tenham sido arrombados. Os alvos são sempre os Centros Acadêmicos, entidades livres e independentes de representação estudantil.

O «affaire» De Cicco

A Escola de Comunicações e Artes da USP, tem enfrentado problemas diversos: escassez de verbas, currículos mal elaborados, falta de professores, a desastrosa administração da Escola levada a cabo pelo prof. Manuel Nunes Dias, e o histórico caso de três anos com o prof. Claudio De Cicco.

O «caso De Cicco» já provocou diversas mobilizações entre os alunos, porém, nem sempre a atitude da direção da Escola foi coerente com a posição teórica que adotava. As reclamações dos estudantes eram aceitas (baixo nível de ensino, falta de espírito científico em aulas, ameaças a alunos e sobretudo o autoritarismo que tanto caracteriza o professor).

O professor era afastado naquele ano para no seguinte voltar a ministrar a mesma cadeira de Problemas Sociais Econômicos e Contemporâneos. Suas classes, então, recusavam-se a assistir as suas aulas e o curso era provisoriamente substituído por um ciclo de palestras dado por outros professores.

Este ano, procurou-se disfarçar o problema e o prof. foi responsável pelo curso de Cultura Brasileira. Novos protestos e uma greve de 180 alunos contra ele. E desta vez, De Cicco excedeu-se tentando dar seu golpe final. Procurou alguns jornais onde este «defensor da democracia» deu entrevistas, «dedando» alguns alunos, responsabilizando-os pelos «tumultos» da Escola e alegando que tudo não passava de um «complô comunista» contra sua pessoa.

Os alunos da ECA mobilizaram-se e entregaram um abaixo assinado com 500 assinaturas exigindo um posicionamento efetivo da Congregação da Escola. Exigiam sobretudo o afastamento definitivo do professor. A Congregação, ante a pressão dos alunos, já não tinha outra saída senão afastar o professor por 60 dias enquanto uma comissão de inquérito apura os fatos sobre este «baluarte da Democracia», grande colaborador de revistas da Opus Dei, o nosso digníssimo Professor

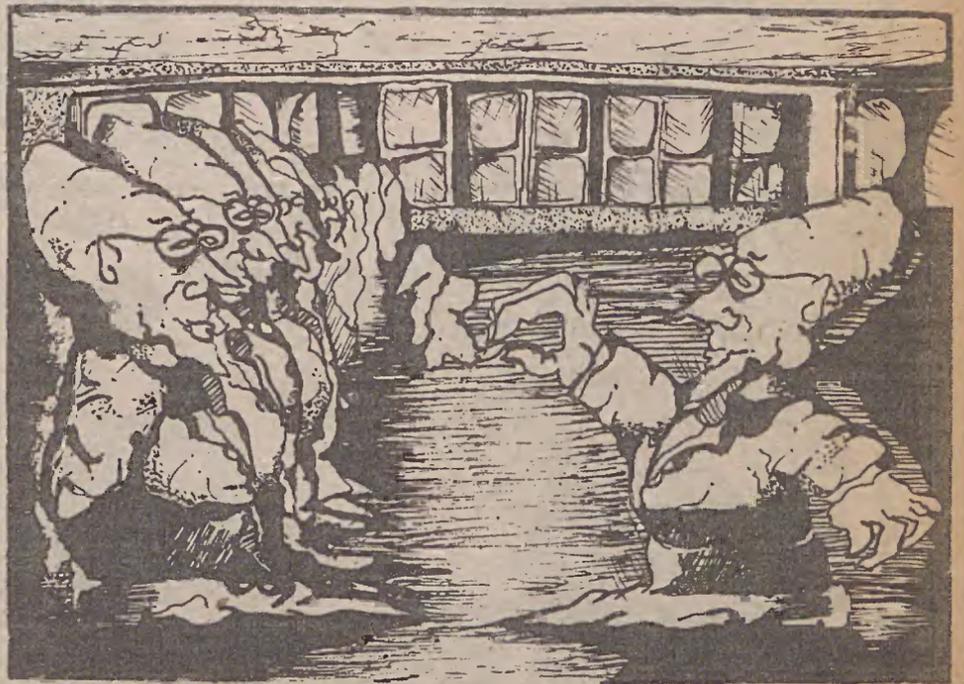
AUPHIB

Vários estudantes, ligados ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia da USP, estão se reunindo para a formação de uma entidade voltada para a pesquisa em História do Brasil. E a ASSOCIAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS PARA A PESQUISA EM HISTÓRIA DO BRASIL (AUPHIB). O organismo vai se dedicar a pesquisas, promoção de cursos, palestras, preservação de documentos e publicações. Está, também, disposto a dar todo apoio a iniciativas congêneres. Professores serão convidados na condição de orientadores e para filiar-se à AUPHIB é necessário ser estudante superior de História.

Vai aqui uma sugestão do DOIS PONTOS: porque não abrir a participação aos vários estudantes, que, independentemente de ser



aluno em História, se interessem pela pesquisa histórica?



Os insondáveis caminhos da Burocracia

O Diretor da Escola de Comunicações e Artes da USP, Manuel Nunes Dias, cuja renúncia era exigida pelos alunos, durante a greve da ECA no início de 1975, deixa agora em outubro o seu cargo pelo término do mandato.

Parece, no entanto, disposto a deixar fortalecidos na escola alguns dos professores que o apoiaram durante sua administração. Para isso, mais uma vez, recorre a manobras dentro dos parâmetros legais. Vejamos.

Desde quando foi criada, em 1966, a ECA-USP admite os professores através de contratos, cuja renovação depende da posição do professor com relação à direção da Escola ou então do interesse desta com relação a um determinado cargo.

Somente agora, às vésperas da saída do Nunes, abre-se concurso para os cargos de Professor-Assistente junto às disciplinas de Linguagem Jornalística e Editorial, Improvisação Teatral e Técnica de Relações Públicas, em edital publicado no Diário Oficial de 26 de julho, note-se, próximo às férias escolares. A divulgação do concurso foi feita somente através do Diário Oficial, nada se divulgando através dos jornais diários, meio mais efetivo de se chegar ao grande público, e nem dentro da própria USP.

O corpo discente e o docente da escola também não tomaram conhecimento do fato, pois os departamentos não os colocaram a par da notícia. Através desse mesmo método, publica-se no D.O. do dia 3 de agosto deste semestre, a abertura de concurso para os cargos de Professor-Assistente junto às disciplinas de Paleografia, Cultura Brasileira e Redação e Edição em Jornalismo Empresarial.

Essas cadeiras foram muito bem escolhidas, pois são hoje ocupadas por professores que apoiaram a sua administração autoritária e que poderiam agora se efetivar. Ou então por professores considerados «não amigos» e que legalmente afastados dariam lugar a professores «amigos».

Na cadeira «Cultura Brasileira» encontra-se hoje o professor Cláudio de Cicco, afastado da escola por 2 meses, esperando o resultado da Comissão de Inquérito que averigua as acusações feitas contra ele pelos

alunos (ver nota ao lado). O interesse em não se divulgar o concurso pode ser notado através de uma rápida observação do Edital de convocação do mesmo: as normas fixadas pelo Edital dão margem a uma avaliação subjetiva por parte das Bancas Examinadoras. O candidato será submetido a 3 provas: de títulos, didática e especial, não constando o valor de cada uma. Assim a Banca poderá dar-lhes o valor que melhor lhe convier. Por exemplo, se para uma disciplina técnica concorrerem dois professores, e se o candidato preferido for um especialista na matéria, dá-se maior peso à prova didática, mas se não for um especialista e possuir alguns títulos, poder-se-á atribuir maior valor aos títulos. O Edital também não estabelece previamente o valor de cada título. Quanto à prova de didática, diz-se que será apurada a «capacidade de comunicação» do candidato e não se diz o que se entende por isso.

Com relação à prova especial, será determinada posteriormente pelo Conselho do Departamento, dificultando a avaliação de cada candidato, de suas possibilidades antes de se inscrever. Disso pode-se concluir que após as inscrições pode-se determinar um tipo de prova que beneficie o candidato preferido e prejudique os outros. Não foi publicada a data do exame. Nesse caso, os candidatos «amigos» poderão ser avisados com antecedência, enquanto os outros terão que esperar publicação no D.O.

O programa de Linguagem Jornalística e Editorial é um programa elementar de linguística. Parece que a intenção é afastar do concurso jornalistas profissionais ou pesquisadores de jornalismo.

A mais essa tentativa de fortalecimento de uma posição que se caracteriza pelo autoritarismo devem se opor os alunos e professores que lutam por melhores condições de ensino na USP e particularmente na ECA. Ao mesmo tempo deve-se ter claro que uma avaliação real dos professores só poderia se dar através de uma avaliação pública em que os alunos pudessem participar. Somente o livre debate nas salas de aula pode demonstrar a capacidade intelectual de um professor.



Jack in the Box x Jeca Total

Jeca Total é o nome do barzinho que os alunos da Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP) estão mantendo para boicotar o **Jack in the Box**. O movimento teve início durante a 2a. Semana de Engenharia, no mês de agosto.

Armou-se um balcão em frente ao **Jack** e partiu-se para a concorrência: os estudantes passaram a fazer café, sanduíches e rebentar pipoca, vendendo bem mais barato que o **Jack**. Um sanduíche no **JECA** sai a Cr\$3,00 (Cr\$2,80 para o Diretório Acadêmico) enquanto que no **Jack** custa a exorbitância de Cr\$ 12,00 (o preço de duas refeições no restaurante da USP).

Já em agosto, o jornal **Grafiko**, do DA da Engenharia, colocava: «pedimos melhor qualidade na alimentação, nos deram um aumento de preços. Pedimos variedades, nos deram iogurte sem bater e sem colher para misturar o precioso alimento no copo». A batatinha, é servida com gosto de «ontem». Os sanduíches, totalmente escondidos dentro de caríssimas embalagens de papel aluminizadas, sempre são uma surpresa: a carne moída com gosto de «estragado» e molho de sabor indefinível.

O que mais causa estranheza em tudo isso é a falta de um restaurante que desde 1970 está para ser construído na FAAP. O projeto, elaborado por um então aluno da



escola, hoje professor, foi esquecido. O local, duas vezes cedido pela Fundação, foi duas vezes transformado em canteiro de obras. Chegou 1976 e nada.

Resta aos alunos, reunirem-se em torno do Diretório Acadêmico para, juntos, reivindicarem o restaurante a que têm direito.



As mazelas do Ensino Privado

Alunos Não Podem Usar o Tuca

O teatro da Universidade Católica foi palco de muitos movimentos teatrais e musicais importantes. Também já serviu para conferências, palestras e seminários significativos no panorama cultural brasileiro.

Ultimamente, estava alugado para a Rede Globo, que dele dispunha como bem entendia. Só não era cedido aos alunos. O CINUCA (Cineclube da Universidade Católica) por incrível que pareça, estava sem lugar para projetar seus filmes, e o TUPUC (Teatro Universitário da PUC), sem local para ensaios.

Uma vez que o TUCA estava desocupado temporariamente, o CINUCA resolveu usá-

lo. Esta retomada do Teatro não foi bem aceita e o DOPS foi chamado, para ao lado da Guarda Particular da PUC, expulsar os estudantes do CINUCA.

Os alunos se reuniram numa Assembléia e resolveram tomar uma posição conjunta frente a esta ação repressiva da reitoria. Primeiramente, como forma de denúncia da situação, decidiram passar seus filmes nos corredores da escola, durante a noite. E para o maior incentivo de novos grupos culturais decidiu-se que durante o mês de outubro haverá uma semana cultural, cuja preparação está a cargo de uma comissão aberta.



A Palhaçada Acadêmica

A comemoração do sesquicentenário da criação dos cursos jurídicos no Brasil, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, foi uma demonstração de que das glórias passadas da velha academia pouco ou nada resta.

Por ocasião das festividades, vimos o prédio das arcadas transformado num verdadeiro picadeiro, onde se misturavam, num espetáculo grotesco, bandas de músicas, cavalarias, príncipes, bruxos, arcanjos, eclesiásticos, além de várias autoridades políticas. Era grande o número de espectadores, composto por estudantes e populares curiosos.

O recém-reformado Largo de São Francisco foi exaltado efusivamente em longos acalorados discursos que a ele se referia com a estranha alcunha de «Território Livre». Inclusive o prefeito Olavo Setúbal pronunciou-se dizendo que devolvia aos «acadêmicos» o tal Território Livre, dando com isso o seu total apoio à permanência da faculdade no largo.

Aliás, o protesto contra a mudança da academia para o «campus» foi um dos pontos altos das comemorações, simbolizado pela «Ordem da Pedra». O burlesco festejo teve início no dia 11 de agosto e se estendeu até o dia 13, quando foi celebrada uma

«missa negra» na escola. Tudo isso foi promovido e encabeçado pela atual diretoria do C.A. 11 de Agosto, que vem se notabilizando pela sua conduta obstinadamente divergente do movimento estudantil, desde sua posse no mês de março passado.

Os diretores do «onze» não se dão conta, no entanto, do ridículo absurdo das louvações de glória e tradições das arcadas, que nada mais querem dizer nos dias de hoje, em que o C.A. 11 de Agosto tornou-se inteiramente inexpressivo. Promovendo desavenças e desunião entre os estudantes do Largo e os colegas da cidade universitária, torna cada vez mais evidente a sua política adesista e subserviente ao atual regime em que vivemos, reiterando dessa forma seu apoio à repressão estudantil.

Não entendemos como podem certos estudantes promover a alienação no seu próprio meio, através de festinhas e comemorações primárias e inócuas, enquanto problemas de grande monta ameaçam gravemente os estudantes. A diretoria do C.A. 11 de Agosto, no entanto, nega seu apoio ao DCE e reage contra qualquer contato com seus demais colegas da USP, teimando num conservadorismo cego e, o que é pior, extremamente comodista.



Os problemas enfrentados pelos alunos da Faculdade Paulista não constituem um fato isolado no quadro do ensino particular brasileiro. Desde o «boom» de criação de escolas particulares, em 69/70 principalmente, numa tentativa de «sanar» a deficiência do número de vagas nas universidades públicas, esses problemas se agravam dia-a-dia. O caso da FAAP é bastante ilustrativo deste caótico quadro. No início de agosto, os alunos, que já conviviam com uma série de deficiências nos seus cursos, foram surpreendidos com a notícia de que os alunos do 2º e 4º semestres de Ciências e Estudos Sociais teriam suas aulas no mesmo local e hora. Caso houvesse recusa por parte dos estudantes, a direção da escola fecharia os cursos. Justificava essa medida por estar em déficit financeiro. Além disso, as sobretaxas haviam aumentado; a remuneração dos trabalhos de monitoria havia sido suspensa; a carga horária diminuída em muitas matérias e a admissão e demissão de professores estava cada vez mais arbitrária. Diante de tal situação, os alunos começaram a se mobilizar, através do seu D.A., que no decorrer do movimento foi deposto, sendo substituído por uma comissão pró-C.A. Já na 1ª Assembléia o diretor tentou barrar o movimento, marcando uma reunião com os alunos na mesma hora em que esta se realizaria, além de ameaçá-los com punições. Mesmo assim, os alunos exigiram um posicionamento da diretoria quanto aos seus problemas e formaram uma comissão para acompanhar os

entendimentos com o MEC. Decidiram ainda boicotar as mensalidades e instituir uma Assembléia Permanente até que seus problemas fossem resolvidos. A luta foi encaminhada junto com a FEC (Faculdade de São Caetano do Sul) cuja mantenedora é a mesma da FAPA e que tinha os mesmos problemas de reconhecimento do curso de Psicologia, diminuição de carga horária e falta de uma clínica para treinamento, agravados por professores não capacitados. As reuniões programadas com o MEC foram de pouca valia. Os alunos de Ciências Sociais e Estudos Sociais tiveram seus cursos extintos e a possibilidade de transferência para as Faculdades São Marcos e Santana—ou outras que tivessem vagas—ficou dependendo de adaptações. O pedido de autorização para o funcionamento de 5º ano de Psicologia foi indeferido com base na Lei Ney Braga que o considera um «novo curso» distinto do outro reconhecido antes dessa lei (nov.74). Dessa mobilização muitas foram as vitórias—o retorno da carga horária anterior, a subvenção das sobretaxas pela faculdade, pagamento à monitoria, a reforma da clínica. Possibilitou ainda, segundo os alunos, a organização do corpo docente, a destituição dos membros do D.A., a formação de uma entidade livre e independente, o recuo da direção quanto à suspensão de elementos da comissão e, o que é mais importante, a divulgação dos problemas que os alunos estão enfrentando, comuns a todas escolas particulares.



«A Palavra Que Liberta»



Existe neste mundo algo tão potente que vai além do homem? Envolto em mistérios, via-se espalhado por toda a cidade universitária um imenso cartaz azul, onde, ao lado de vários jovens fotografados em alto contraste, vinha um estranho convite: Jornada da Juventude, dia 29 de agosto, Palácio das Convenções do Anhembi. Não menos misterioso era o porquê da imensa quantidade de jovens, adolescentes e também alguns adultos que, às quatorze horas, aglomeravam-se em frente aos guichês do Palácio das Convenções. Para participar da «jornada» era necessário comprar, por cinco cruzeiros, um adesivo colorido onde se lia: «a palavra que liberta». De repente, todos estavam usando, no peito, nos braços, nas costas, nas pernas ou onde a criatividade imaginação pudesse colocar. De nada adiantou perguntar aos jovens da fila o que iria acontecer. «É surpresa» dizia um. «Não sei, sei que é legal». «De onde viemos? Eu sou de Garça, vieram todos da paróquia, mas tem gente de Aparecida, até do Rio de Janeiro ro!» Caravanas e mais caravanas. Alguns já se conheciam de «jornadas» anteriores. Ri-am-se felizes. Muitos traziam violões. Aqui ou ali uma freira ou senhor ou senhora mais velha. Mas na maioria jovens interioranos, da capital mesmo eram poucos. Abriu-se a porta. Nas catracas, a fiscalização, só entra quem traz colado na roupa o adesivo da «palavra que liberta». O luxuoso auditório acolhe a todos em seus cinco mil lugares estofados, os que sobram procuram o chão e se acomodam. Vai começar a «jornada». O palco se enche de jovens, roupas coloridas; um pequeno grupo acompanha os acordes meio desafinados de uma guitarra elétrica e começa a cantar. O auditório vem abaixo, palmas e mais palmas. A música parecia familiar a todos e no meio da zoeira dos aplausos, conseguia-se distinguir pouquíssima coisa da letra. Vagamente percebeu-se que a «força tão potente» era Deus. Finda a

música, um depoimento. Quem fala agora é uma jovem, deve ter seus dezenove ou vinte anos: sua família não era muito legal, não a compreendiam, vivia se desentendendo com os pais, veio estudar na cidade grande e sentiu-se muito só. Então, um dia, encontrou-se com um jovem do «Movimento Gen» e passou a ver o mundo de outra forma. Lembrou-se dos ensinamentos que Jesus Cristo havia dado: «qualquer mal que fizeres, a qualquer pessoa humana, é a mim que o fareis». Passou, assim, a ver em cada pessoa o Cristo. Sua vida mudou. Agora ela é feliz...

Sucedeu-se uma série de músicas, depoimentos, pequenas encenações e danças. Atores mal ensaiados, os jovens ao prestarem o depoimento, não conseguiram soltar o texto fluentemente. Um, entre eles, esqueceu-se de uma parte, não teve dúvidas, desculpou-se e recomeçou novamente. Dançava-se muito, aquela de jogar os braços pra lá, pra cá, dar um galeio e levantar os braços ao céu. Depois dá-se uma corridinha com passinhos curtos até as extremidades do palco e volta-se na mesma corridinha para encontrarem todos no centro erguendo novamente os braços. Seguem-se vários depoimentos, permeados com citações bíblicas que se repetem sistematicamente ao longo de cada testemunho. O «programa» é assim que um dos apresentadores se refere à «jornada» — tenta imitar o que mais de ridículo existe em nossa televisão, mas é de causar vergonha ao mais mediocre diretor. Não se fala mais de Santíssima Trindade ou qualquer outra coisa que possa parecer inexplicável. Na sua ânsia de «acompanhar os tempos» a Igreja católica passa a concretizar a figura de Jesus Cristo em cada pessoa. «Se te batem em uma face, dê a outra». Cria-se toda uma geração de conformistas, que por falta de opções, procuram jornadas e mais jornadas à espera de alguma coisa.

BOMBAS !



Há fatos estranhos acontecendo neste oásis de paz e tranquilidade chamado Brasil. Em menos de um mês, três bombas perturbaram sua paz, sacudiram sua ordem.

No dia 19 de agosto, uma bomba explodiu na Associação Brasileira de Imprensa no Rio, numa hora de grande movimento, que poderia ter feito numerosas vítimas. Ao mesmo tempo, uma outra bomba foi encontrada na Ordem dos Advogados do Brasil. Esta, por motivos técnicos, não foi detonada. Mais recentemente, no dia 4, véspera das comemorações cívicas de 7 de Setembro, uma bomba foi posta no CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e causou alguns danos, mas não feriu ninguém. A autoria dos três atentados foi assumida pelos ativistas da Aliança Anticomunista Brasileira, conhecida pela sigla AAB.

As reações foram as mais diversas. Entretanto, um ponto foi unânime: a surpresa. O que queria esta organização? Segundo um panfleto encontrado no local é «hora de começar a escalada contra a nova tentativa

de comunização do Brasil». A bomba na ABI foi a primeira advertência do grupo que continua a agir. No último dia 13 um telefonema anônimo, alertava para possíveis bombas em três prédios do campus da USP.

Decorrido quase um mês após o primeiro atentado, nada foi descoberto e muito menos esclarecido. Para o líder do governo José Bonifácio, não houve hesitação para encontrar uma resposta: «foram os comunistas que querem dividir, tumultuar». Tirando de lado este aparte, o problema parece bem mais sério. O próprio silêncio sobre as investigações ou mesmo os argumentos usados pelas autoridades para explicá-los denota a seriedade desses fatos. O Cel. da Segurança Erasmo Dias, culpou o próprio CEBRAP pela bomba, que seria uma forma de divulgar o livro «São Paulo crescimento e pobreza».

Como o clima pré-eleitoral não é muito propício pra revelações ou mudanças, resta-nos esperar dia 15 de novembro para que estes fatos se esclareçam definitivamente. Ou não.

A Denúncia dos Cearenses

«A preocupação principal dos órgãos de segurança dentro da universidade é não deixar o estudante pensar, através de vários meios sofisticados... Noutras universidades, o pessoal está assumindo. Na UFC (Universidade Federal do Ceará) a coisa é diferente! A alienação política, a apatia, o medo, são gerais. E em vista disso propomos a analisar a estrutura repressiva (ilegal) da UFC. E um alerta àqueles que se propõem a fazer algo em favor do renascimento dos Diretórios, da discussão dos nossos problemas, etc».

O medo e a apatia são uma constante no Ceará há muito tempo, como se pode ver pelo que é colocado no documento «Níveis de repressão (política-ideológica) na UFC».

Na universidade, o que mais prolifera nos debates e nas discussões são os dedos-duros: a tudo controlam, «trabalhando» dia e noite na insana tarefa de delatar à polícia nomes de colegas e de alguns mestres mais conscientes.

Por outro lado, «professores» chegam a aplicar questionários para medir a consciência política dos alunos com perguntas do tipo: «Quando você compreendeu a revolução de 30»? Ou sutilezas do tipo: «como seus colegas reagem diante da propaganda ideológica?»

As poucas organizações que existem (representação discente oficial) são controladas, vigiadas, reprimidas. O que não tem impedido, entretanto, que pequenos grupos se articulem em torno da criação de entidades representativas e livres. O que se faz agora é a denúncia das artimanhas dos órgãos de segurança que não se cansam de tentar reprimir qualquer manifestação de descontentamento por parte dos estudantes.

NOTA

(1) Excertos do documento: «Níveis de repressão (política-ideológica) na UFC (Universidade Federal do Ceará)». Setembro de 1976.

Arte na USP de 14 a 28 de setembro: Poesia e Pintura.

Qual o papel da arte num tempo e lugar como o nosso?

A arte descomprometida com um mercado artístico, ainda pode dar-se ao luxo de parodiá-lo, na tentativa extenuante de nele ingressar cedo ou tarde.

É contraditório?
É verdade?
Submissão?
Ironia?

Sua crítica é importante, venha à VI EXPOSIÇÃO DA GALERIA EXPERIMENTAL DE ARTE DA FFLCH. E opine.

Expositores: Baptista, Eduardo, Osmar, Toninho, Comenale, Garcia, Pessoa.

Local: Letras, USP

Sala 2 em frente ao CAEL de manhã e a noite.

Editorial

Vai realizar-se dia nove de outubro o Encontro Nacional de Estudantes. Ele teve sua pauta preparada em S. Carlos, por ocasião da reunião Nacional de Entidades Estudantis, no final de agosto. Mais uma vez estudantes de diversos Estados estarão juntos para discutir problemas comuns. O que devemos esperar desse Encontro?

Dentre varias coisas, uma é principal: a sua realização. «Clandestino» e «subversivo» ele não será. Da mesma maneira que a Reunião passada não o foi, em que pesem as declarações apressadas do senhor Governador do Estado. E para o esclarecimento, a carta da Assembléia Geral dos Alunos de São Carlos, que publicamos no Coro dos Descontentes, é muito útil. Esperamos, portanto, a livre realização desse Encontro programado. Nada mais democrático do que se reunir, debater problemas e propor saídas.

Vários Estados se farão representar. Diversas regiões, diversos problemas. É necessário ir a fundo nas análises de cada região em específico. Levando em conta as várias tonalidades—principalmente de cunho organizativo—do movimento estudantil em cada Estado.

O M.E. se desenvolve desigualmente por todo o país. Mas, sobre um pano de fundo: o descontentamento crescente. Combina-se dessa maneira, regiões onde mais se avançou nas conquistas com outras onde muito ainda falta para construir.

Assim, nota-se já o reconhecimento do engodo que é o Programa de Crédito Educativo (implantado prioritariamente, pelo Governo Federal, no nordeste desde o primeiro semestre deste ano) por parte dos pernambucanos, ao denunciarem, na reunião de agosto, o quanto ficará caro o custeio de seus estudos. Essa medida já causa desgosto em Pernambuco, ao mesmo tempo que mostra as intenções de se implantar o ensino pago.

A alimentação cara e ruim, onde é nítida a desobrigação do Estado para com o que já é pago através dos impostos, é uma constante no dia-a-dia estudantil. O nível de ensino

caindo, a privatização das escolas crescendo, o mercado de trabalho saturado, pouco ou nenhum incentivo à pesquisa; custo de vida subindo desastrosamente, inflação, crises e mais crises, eleições...

Eis uma coisa importante: apesar de dizerem que estudante não pode fazer política; estudante, como qualquer outra pessoa alfabetizada, maior de 18 anos, que não tenha seus direitos políticos cassados, VOTA. E as eleições estão aí. Essa questão assume, hoje, uma grande importância. A própria decisão dos alunos que nos representaram em S. Carlos, ao pautarem discussões acerca das eleições municipais é um fator positivo. Poderá fazer com que em cima de um móvel concreto - eleições - muito se discuta e até se tire uma posição conjunta dos estudantes, que enquanto categoria social que se mobiliza em defesa de seus interesses, tem muito a ajudar quando os problemas que os afligem são os da maioria da população.

Dentro desse contexto geral, em que inclusive começam surgir grandes manifestações espontâneas de descontentamento—como foi o acontecido no Rio de Janeiro e em Brasília por ocasião da morte de Juscelino—é possível traçar um plano mínimo de atuação.

Buscar um entendimento mínimo, a partir dessa situação geral sufocante, é quase que uma obrigação de todos os representantes estudantis que construirão esse Encontro. Só isto não basta. Esperamos também que todos estejam unidos. Mas não unidos abstratamente em torno de «ideais» comuns ou coisas congêneres. Isto é, união em cima do nada.

A real união faz-se na prática, através das mobilizações da base estudantil; de nada valendo, pois, conchavos entre cúpulas. É exatamente isto que as pessoas que fizeram esse Encontro deverão ter em mente. O que efetivamente convence é o concreto. É por exemplo, estarmos travando uma luta aqui, pela criação de um organismo de representação que seja livre, e em Minas Gerais estar acontecendo a mesma coisa. A união dá-se,

então, na prática comum, nos objetivos comuns.

O que vai nos mostrar — como já nos mostrou — a união, é o conteúdo e a forma das atuações. Um determinando o outro e vice-versa. Mobilizações massivas — assembléias, debates, reuniões, conferências, peças, filmes, plebiscitos, eleições, etc. — criando órgãos que delas surgiram e existem em função dos problemas da maioria. Ninguém esteve mais unido do que, no ano passado, os alunos da ECA e os alunos da Universidade Federal da Bahia.

Na ECA, os estudantes mobilizados em assembléia permanente, buscaram um basta aos desmandos do diretor que simplesmente estava levando a escola à falência. Na Bahia, com as aulas paralisadas, os baianos lutaram contra essa figura sutil que é o jubramento.

Ninguém mais unido do que os estudantes que realizaram eleições livres para seus Diretórios Centrais. Isto nos mostrou a USP, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e também Brasília, apesar de ainda não ter conseguido o seu Diretório Universitário.

Por isso, ao estabelecerem os móveis concretos de luta, os representantes estudantis que realizarão esse Encontro, não devem esquecer que nós, a grande parcela que hoje se mobiliza e busca mais adesões, quer participar. E para isso vai eleger em reuniões abertas ou assembléias seus delegados para esse Encontro.

A maneira, então, do que já vem sendo feito nos diversos locais onde se constrói de baixo para cima órgãos centralizadores, principia, com essas reuniões e encontro nacionais, a surgir um movimento maior. E necessária a centralização a nível estadual, a nível nacional.

Que é uma tarefa árdua e demorada, está claro. Mas, se não levarmos em conta que temos muito por aprender, que se não contarmos com a ampla participação de todos, embasando, dando respaldo massivo, isto que hoje nos aparece enquanto embrião, não poderá efetivamente nascer.



Reunião Nacional de Entidades Estudantis

São Carlos, interior de São Paulo, distante da capital cerca de 200 quilômetros. Sábado, vinte e oito de agosto. Representantes de todo o Brasil chegam ao «campus» para se reunirem com os colegas.

Dirigimo-nos diretamente à sede do Centro Acadêmico Armando Salles Oliveira (CAASO), carteira de estudante na mão, para ser devidamente identificado. Recebemos um folheto onde há todos os tipos de informações sobre a cidade, fazemos um pequeno lanche e subimos até a sala onde vai se dar a reunião. Cada um com uma senna (um ticket carimbado e numerado). Somos barrados na porta onde nos pergun-

tam o número da senna e a que escola pertencemos. Devidamente respondido e conferido, entramos.

São onze e trinta, a reunião está começando: várias localidades informam a situação em suas escolas. O pessoal das isoladas (FEI, GV, MAUA, FAAP) de S. Paulo informa que já possuem um órgão de fortalecimento da suas lutas, é o COBRA DE VIDRO, que sai mensalmente. Minas Gerais relata a campanha que levaram contra o Crédito Educativo e dizem que também estão tendo problemas com a alimentação. A USP resume a campanha pela criação do DCE-LIVRE, conta a vitória conseguida com a diminuição do preço das refeições no

restaurante da COSEAS e ressalta o reconhecimento de fato do Diretório Central. Ribeirão Preto informa que conseguiram obstar a criação de uma universidade, naquela cidade, pois estava servindo mais às politicas de comerciante e autoridades locais do que ao ensino propriamente. Os gaúchos se levantam, e dizem que realizaram no primeiro semestre, a Semana por Liberdades Democráticas, embora a repressão tenha sido pesada. E contam mais: nas eleições diretas (prévias) para o DCE da UFRGS, um grupelho de lá, conhecido por suas posições extremamente reacionárias, foi obrigado a desobedecer o decreto 228 e participar das eleições. Tiveram pouquíssimos votos. Ainda o Rio Grande do Sul: conseguiram, também, abaixar o preço das refeições que havia sido elevado a 5,50, veio para 5,00. Os representantes de Pernambuco contam a situação de seu estado: enquanto aqui se consegue diminuir os preços, lá aumenta mais. Só este ano subiu duas vezes o preço da alimentação. Por outro lado, os estudantes pernambucanos que se «beneficiaram» do crédito educativo, estão arrependidos. Já estão sabendo que irão pagar um absurdo, cento e oito por cento a mais do valor cedido pela Caixa Econômica. A FEI (Faculdade de Engenharia Industrial - S. Paulo) relata o caso do seu D.A. que foi esbugalhado pela repressão durante as férias de julho. A PUC de S. Paulo informa que está reconstruindo suas entidades representativas e denuncia a repressão ao seu Cine Clube, o CINUCA. Brasília pede apoio ao abaixo-assinado que está levando a nível nacional. É em defesa dos sete estudantes que foram expulsos da UNB (por falar nisso, você já assinou?). Paraíba conta da reabertura do seu DCE, o que foi feito através de abaixo-assinado e eleições indiretas. Também enfrentam problemas com alimentação e irão se mobilizar contra as exorbitantes taxas cobradas. O Rio de Janeiro fala de seus problemas com a repressão, com a comida e com a COPPE. Bahia também está às voltas com a repressão que apreendeu o jornal do DCE, «Vira-

ção». Estão dispostos a elegerem livremente a diretoria do Diretório Central da UFBA. Fim os informes, pausa por que todos estão com fome.

Quatorze horas: nos dirigimos ao bar do CAASO onde nos espera um sanduícho de queijo e mortadela. Quinze horas: novamente nos identificamos na porta.

O primeiro item a ser discutido e votado é relativo aos critérios de votação no Encontro Nacional. Após algumas discussões, delibera-se que cada entidade (entendendo-se entidade como Centro Acadêmico, Diretório Acadêmico, Diretório Central onde não houver C.A. ou D.A., ou Representação Discente onde não existir nenhum outro de tipo de representação) terá 5 votos, ou seja: cinco delegados eleitos em reuniões abertas ou assembléias.

A seguir vieram as colocações mais aprofundadas. Vários representantes discorreram a respeito da conjuntura nacional, do movimento estudantil, foram feitos balanços e mais balanços. Notou-se que era comum em todas as propostas, o item eleições municipais, que se tornou o primeiro ponto da pauta do Encontro. Finalmente, quase oito horas da noite, após todos terem colocados suas propostas, chegou-se ao acordo sobre a seguinte pauta para o Encontro: **Informes de cada Estado; discussão e apresentação de propostas quanto à posição e participação nas eleições municipais de 15 de novembro; discussão das reivindicações estudantis a serem feitas a nível nacional; deliberação da forma de reorganização do Movimento Estudantil brasileiro, a partir do Encontro.**

A reunião não primou pelos grandes debates, réplicas ou colocações mais aprofundadas. Foi mais um encontro organizativo, para estabelecer as bases de realização do Encontro Nacional que ficou marcado para o dia 9 de outubro. Será realizado prioritariamente em Minas Gerais, palco de vários encontro setoriais. Caso não seja possível, São Paulo receberá os delegados.

INDEPENDÊNCIA OU ... COMO É QUE É ESSA HISTÓRIA?

No Brasil existe «um rápido processo de desnacionalização, entendido este não apenas como a aquisição de empresas nacionais por estrangeiras, mas como o controle de importantes setores da economia brasileira pelos capitais do exterior». A afirmação é do relatório de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Desnacionalização, divulgado em 1968, mas que poderia ser também o resultado dos trabalhos de outra CPI, a das Multinacionais, que funcionou o ano passado e que entre outras denúncias tornou público que «as dez maiores empresas estrangeiras em toda sua existência no Brasil investiram 98,8 milhões de dólares, mas em apenas dez anos remeteram para o exterior 774,5 milhões de dólares».

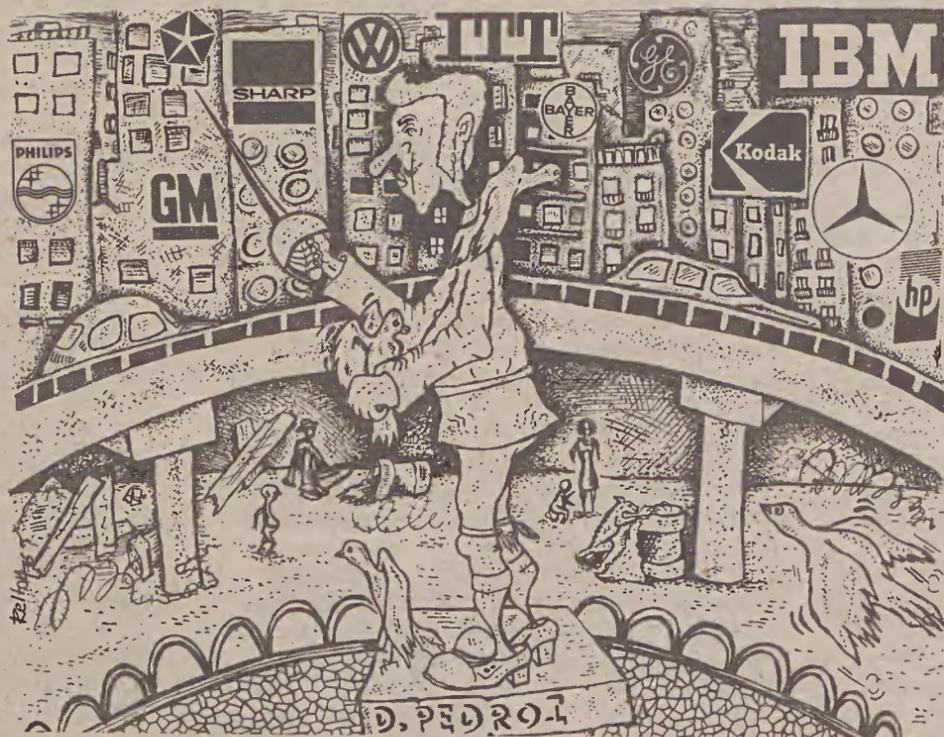
Enquanto as CPIs discutem (entre 67 e 69 funcionou outra para apurar venda de terras a estrangeiros), a penetração e domínio do capital estrangeiro em nossa economia vai se aprofundando. Foi a partir do golpe de 64, em grande parte patrocinado pelos interesses de Corporações e governos estrangeiros, que se intensificou este domínio. Domínio que é a contrapartida de uma dependência que trazemos desde 1500 e da qual ainda não conseguimos nos libertar, mas que tem mudado de caráter com o desenrolar da história. Pois parece claro que se as relações que temos hoje com os Estados Unidos e outros países capitalistas desenvolvidos são de dependência, por outro lado não tem mais o caráter colonial que tinham nossas relações com Portugal até o século XIX.

É justamente o golpe de 64 que, proporcionando os preços aviltantes da força de trabalho, as facilidades de remessa de lucros e as isenções fiscais e a repressão política que, com perseguições policiais, descaracterização dos sindicatos, cassações de parlamentares, censura à imprensa, transformou o Brasil em ilha de tranquilidade aparente para os investimentos das corporações internacionais.

A política econômica desenvolvida a partir de abril de 64 foi tão violentamente favorável ao capital estrangeiro, que somente quatro anos após o golpe, 74 empresas nacionais já haviam passado para o controle de empresas estrangeiras. A intensificação da penetração do capital estrangeiro foi também acompanhada por uma forte concentração que só o favoreceu. Estudo realizado por Fernando Fajnzylber, economista da CEPAL em 68, abarcando 302 setores industriais, mostrou que o patrimônio líquido das firmas estrangeiras, aproximando-se de US\$ 16 milhões, superavam em mais de 100% o das empresas privadas brasileiras, situado em torno da US\$ 7 milhões. Os setores que contavam com uma ou mais empresas estrangeiras entre suas quatro maiores, eram responsáveis em conjunto por 72% da produção industrial brasileira. O que isso significa de poder econômico (e político) é bem fácil imaginar, na medida em que são as maiores empresas de cada setor que decidem os rumos que ele vai tomar.

A penetração continua ao longo destes 12 anos. No período de 71 a 73 foram pelo menos 40 firmas nacionais que passaram para as mãos do capital estrangeiro. Outro estudo, desta feita com as 547 maiores empresas industriais do Brasil em 1972, evidenciou a seguinte situação: 1) mais de 1/3 das empresas no país com capital superior a Cr\$ 15 milhões eram estrangeiras; 2) das 60 empresas com capital superior a Cr\$ 100 milhões, 34 eram estrangeiras. O capital estrangeiro tem se localizado nos setores mais dinâmicos da economia, onde pode usar técnicas intensivas em capital e escalas de produção superiores que propiciam grande rentabilidade. Segundo a revista VISÃO, a rentabilidade média das empresas estrangeiras em 1974 foi de 20%, a das empresas privadas nacionais 15%, e a das estatais 11%.

Mas não é só na indústria que o capital estrangeiro tem penetrado. Desde julho de 64, quando os americanos iniciaram, com a permissão do governo brasileiro, um levantamento aerofotogramétrico do país, que as compras de terras por não-brasileiros se intensificaram, atingindo, principalmente, áreas onde importantes recursos minerais permaneciam inexplorados. A CPI sobre venda de terras a estrangeiros divulgou em 1970 que firmas e particulares estrangeiros tinham, em sete estados brasileiros, adquirido mais de 20 milhões de hectares de terras (uma área pouco menor que o Rio Grande do Sul). Apenas uma empresa com-



Falar de independência de um povo é falar do direito que esse povo tem de tomar decisões e de usufruir da riqueza que ele produz. Não é o que ocorre entre nós, e é por esta razão que, no mês da Independência, DOIS PONTOS tem que falar de dependência e exploração.

prou, em Minas Gerais, terras numa extensão quase igual a da Bélgica. Foi denunciada na época, a existência de um cinturão de propriedades estrangeiras isolando a Amazônia do resto do país. Fato mais grave é que a maior parte destas aquisições foram feitas com recursos provenientes de incentivos fiscais (dedução do Imposto de Renda, por exemplo), o que equivale dizer que foi usado dinheiro público para pagar a compra das terras pelos capitalistas estrangeiros.

As formas que o capital estrangeiro usa para extorquir nossos recursos vão desde a remessa de lucros e dividendos e a cobrança de juros e royalties — práticas permitidas por lei — até expedientes como sobrefaturamentos e subfaturamentos (o sobrefaturamento consiste em uma empresa comprar de sua matriz ou associada no exterior a preços mais altos que os correntes; o subfaturamento ocorre quando a filial brasileira vende para a matriz ou associada a preços mais baixos que os correntes — as duas práticas não são mais que roubo de nossas divisas).

Alguns dados dos investimentos norte-americanos no Brasil dão um bom exemplo do comportamento do capital estrangeiro no país. Em 1974, segundo o Banco Central, 33,3% dos investimentos estrangeiros aplicados no país eram americanos, correspondendo a US\$ 2 bilhões de dólares, dos quais US\$ 803 milhões estavam registrados como reinvestimentos. Ou seja, 40% do valor dos investimentos americanos era produto direto do trabalho de brasileiros. Dados do governo americano mostram que somente no período 60-69 US\$ 381 milhões foram remetidos aos EEUU como lucro. De um total de US\$ 680 milhões de investimentos americanos no mesmo período, os reinvestimentos corresponderam a 91%, o que significa que apenas US\$ 54 milhões entraram realmente no Brasil (depoimento de William A. Ellis, diretor da USAID no Brasil).

Como cita Moniz Bandeira, em «Cartões e Desnacionalização»: «As subsidiárias das corporações internacionais sempre se expandiram, fundamentalmente, às custas do capital acumulado nos países onde se estabeleceram, como o Brasil, tornando-se os reinvestimentos o principal suporte para a

sustentação dos níveis de suas remessas de lucros».

O REVERSO DA MOEDA

Ao processo de intensificação da acumulação de capital corresponde a intensificação da exploração da força de trabalho. No Brasil não foi diferente.

No início da década de 60, a situação política no país encaminhava-se para um impasse. Esgotava-se o rápido surto de crescimento que o governo JK havia conseguido, às custas principalmente da penetração do capital estrangeiro no Brasil. A inflação começou a subir incontrolavelmente. Os trabalhadores, organizados em associações políticas e de classe, não permitiam que ela fosse um fator de transferência de sua renda para os empresários, exigindo aumentos equivalentes à queda dos seus salários reais.

Para as classes dominantes brasileiras definiam-se, grosso modo, dois caminhos a seguir. O primeiro, de caráter nacionalista-burguês, tinha como pontos principais ampliar o mercado interno através principalmente da reforma agrária, limitar a sangria de nossas divisas causadas pelas remessas de lucros e diversificar o comércio exterior com outros países. O segundo caminho, esquematizado fora de nossas fronteiras e proposto por setores ligados aos interesses financeiros internacionais baseava-se na compressão dos salários, na associação com o capital estrangeiro e na restrição do crédito como forma de intensificação da acumulação do capital, sua concentração e centralização para que o impasse fosse superado.

Desnecessário dizer que a última proposição foi a que veio à luz, com o auxílio dos poderosos «fórcps» do 31 de março trazendo para o trabalhador brasileiro mudanças de grande profundidade nas suas condições de vida e de trabalho.

Para que isto ocorresse, entretanto, foram necessárias uma série de medidas preventivas, pois com o grau de organização em que estavam os assalariados, seria impossível rebaixar os salários e aumentar a exploração. Logo no início foram atingidos

inúmeros sindicatos, com intervenções e prisões de líderes, sob a acusação de atividades subversivas e de corrupção. Em junho de 64 foi baixado o decreto-lei 4030 que «regula o direito de greve», mas que impôs tantos obstáculos de ordem formal e burocrática que na prática representou a negação deste direito. Começou então a marcha no sentido de rebaixar os salários. Não foi uma mudança abrupta porque haveria resistência por parte dos trabalhadores, mesmo privados dos seus sindicatos e de suas lideranças.

Inicialmente estabeleceu-se o espaçamento de pelo menos doze meses entre um reajuste salarial e o seguinte. Depois o governo passou a interferir na justiça trabalhista órgão que decidia qual é o índice de reajuste a adotar, após ouvir os empregados e os empregadores. A interferência na justiça do trabalho também foi lenta e gradual. De início, ela foi obrigada a adotar critérios estabelecidos pelo governo para calcular o índice de reajuste, primeiro somente para os funcionários públicos e os empregados das empresas concessionárias de serviços públicos. Passados alguns meses, este critério foi estendido aos demais trabalhadores, sempre sob a alegação de que era necessário conter a inflação. Entretanto ainda restava aos trabalhadores algum poder de barganha e eles ainda conseguiam aumentos que, embora abaixo da elevação do custo de vida, eram superiores aos pretendidos pelos empresários e governo. Até que finalmente em 1968, através da lei 6147, o governo passou a controlar diretamente os salários. A partir de então as campanhas salariais e os dissídios coletivos são apenas para decidir questões secundárias do trabalho na empresa (ver: Dissídio Coletivo, pag. 11).

Outra conquista importante perdida pelos trabalhadores foi o direito à estabilidade. Esta medida teve a influência principal dos capitalistas estrangeiros, que não queriam suportar o ônus das indenizações previstas por lei quando da dispensa de trabalhadores, nas empresas brasileiras que estavam adquirindo. Com a abundância de mão de obra existente, o grande capital não se conformava com este freio colocado à sua liberdade de ação. Era preciso que o capital contasse com a mais inteira liberdade, embora os trabalhadores estivessem impedidos de se organizarem livremente. Em janeiro de 1917 adotou-se o FGTS — Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — usando-se um esquema destinado a vencer as resistências iniciais. O empregado tinha o direito de optar entre a estabilidade e o FGTS. Entretanto esta opção não era um direito real, na medida em que não havia igualdade de condições entre empregados e empregadores. Não era um direito e não é, o que hoje é comprovado pelo último relatório do BNH, onde se diz orgulhosamente que 85% dos trabalhadores já optaram pelo FGTS.

A extinção da estabilidade do trabalhador no emprego, além da insegurança que lhe causa, propicia um rebaixamento ainda maior do seu salário. É simples. Quando há o reajuste salarial de uma categoria, as empresas só têm que concedê-lo integralmente aos empregados com mais de um ano de casa. Nestas condições, tornou-se prática corrente dos empregadores promover dispensas em massa por ocasião dos reajustes, contratando outros empregados pelo salário antigo.

Com todas estas mudanças aliadas a uma repressão intensa e mantenedora da «paz social», o Brasil tornou-se o paraíso do capital estrangeiro. O aviltante preço da força de trabalho brasileira passou a ser oferecido no exterior como o produto mais atrativo de que dispunha. Até provocar a famosa frase de um empresário inglês em 1975: «O Brasil é uma manteiga no pão dos homens de negócio».

A consequência direta desta política em relação ao trabalho é a situação assustadora que vivemos hoje. A saúde do homem que trabalha deteriorou-se consideravelmente, principalmente em função da desnutrição, que debilita o organismo, deixando-o receptivo a inúmeras doenças. Em S. Paulo, o centro mais adiantado do país, o índice de mortalidade infantil cresceu 45% nos últimos dez anos, conforme dados divulgados pela Secretaria da Saúde. No Nordeste, a região mais atrasada, o índice de mortalidade havia atingido em 69 a proporção de 180 mortes para 1000 nascidos vivos.

Segundo revelações de José Luis Gamboa, ex-presidente do Instituto Nacional de Alimentação (JT 23/01/74), cerca de 40 milhões de brasileiros, entre os quais se incluem 12 milhões de crianças, estavam desnutridos; 46,7% das famílias não tinham rendimento mínimo necessário à sua manutenção; 38,5% da população padeciam de desnutrição calórica; 40% dos domicílios não possuíam instalações sanitárias e 44% da população rural da região Sul era constituída por subempregados.

Segundo previsões da «Imagem do Brasil e da América Latina», 1973, o número de tuberculosos no Brasil poderá atingir 19 milhões em 1980, doença que já está respondendo hoje por uma das maiores taxas de óbitos do país. Segundo informações do próprio Ministro da Saúde, em 1974, dez milhões de brasileiros portavam algum tipo de deficiência mental. Estas são algumas das consequências provocadas por quase duas décadas de «desenvolvimento».

O trabalho prolongado, estafante, mal remunerado e inseguro a que foram obrigados os trabalhadores, transformou o Brasil em campeão mundial dos acidentes de trabalho. De 1967 a 1975 os acidentes aumentaram em 680%, atingindo neste último ano, 1 milhão, 940 mil acidentados. Desses, 66 mil tornaram-se inválidos permanentes e 3700 morreram. Mesmo alarmantes, esses dados ainda não refletem a realidade, pois somente foram computados os acidentados que passaram pelo INPS. E este instituto possui 15 milhões de filiados, enquanto a população economicamente ativa do Brasil ultrapassa os 35 milhões.

A multiplicação de simpósios e congressos sobre acidentes de trabalho ultimamente, mostram que as próprias autoridades estão preocupadas com os prejuízos e à procura da solução. Entretanto as teses defendidas nestes simpósios mostram que as causas reais ainda continuam intocadas. O problema exige mudanças muito mais profundas que simples cursos aos trabalhadores e propagandas para sensibilizar os empresários. E as previsões para este ano indicam o agravamento do problema, ou seja, mais de 2 milhões de acidentados, mais de 4 mil mortos e cerca de 70 mil pessoas (mais de duas vezes o número de alunos da Universidade de São Paulo), que ficarão inválidas pelo resto da vida.

O resultado, para os trabalhadores, do modelo adotado mostra-se bastante significativo no setor de saúde e, verificando-se as condições de moradia e de transportes, por exemplo, constata-se que a situação não é menos grave.

OS CAMINHOS

Hoje a crise atinge a economia como um todo, na medida em que é impossível conviver com uma dívida externa que deverá atingir o montante de 26 bilhões de dólares até o final do ano e na medida em que a inflação deslança de maneira incontrolável. O novo impasse não deve, entretanto, ser debitado à crise internacional. Esta veio apenas desnudar o modelo de desenvolvimento que tanta euforia causou às classes dominantes no início da década.

Atualmente o governo, contraditoriamente, está buscando a saída justamente na intensificação do tipo de desenvolvimento que conduziu ao atraso. Depois da quebra de um monopólio de mais de 20 anos, em atendimento aos interesses das corporações estrangeiras que perderam o acesso aos poços de petróleo do Oriente Médio, o governo está cedendo agora na exploração do gás natural. Este ano o general Geisel já viajou para a França, Inglaterra e Japão, na busca incessante de mais investimentos estrangeiros. Enquanto se firmava contrato com o Japão para a exportação de quase 300 milhões de toneladas de minério de ferro, no espaço de 20 anos, técnicos da Secretaria da Presidência da República admitiam que os salários estão sendo novamente achataados. Isto, segundo as alegações, para combater a inflação, que este ano deverá atingir 48%, a maior desde 1965.

A penetração imperialista no Brasil, a deterioração das condições de vida do povo brasileiro e a sua não participação no processo político do país são fatos que estão intimamente ligados. O que não se pode esquecer é que esta penetração é feita com a conivência do grande capital nacional e do capital nacional associado ao imperialismo, que não hesitam em compactuar com ela, passando a mãos estrangeiras o controle das nossas riquezas e o produto do trabalhador brasileiro, para manterem os seus privilégios. E por isso que a luta pela independência passa necessariamente pela luta contra o capital estrangeiro mas não se esgota aí. Seu objetivo somente será alcançado quando o trabalhador conquistar as condições de participação no processo político, caminho para o controle sobre as riquezas produzidas no país.

modesto

O RADICAL DE CENTRO



A VITÓRIA DO CRUSP

Durante as férias de julho, quando os estudantes se encontram ausentes da Universidade, a Coseas — Coordenadoria de Saúde e Assistência Social — decretou o aumento do preço das refeições. Nos anos passados, esse aumento ocorria somente no início do ano. Assim é que o preço das refeições, que no fim de 1975 era de Cr\$4,50, passou a ser, no início de 1976, Cr\$6,00. Para os funcionários foi, pela primeira vez, estabelecido um preço diferente do que era pago pelos alunos, ou seja, Cr\$10,00. Os funcionários fizeram um abaixo-assinado e conseguiram voltar a pagar Cr\$6,00. Em agosto, deparamo-nos com uma surpresa: o preço das refeições era agora Cr\$7,50. O aumento durante este ano foi, portanto, de 166% no CRUSP e de 84% nos outros restaurantes existentes no Campus, arrendados a particulares pela Coseas. O preço, nesses restaurantes, é estabelecido pela própria Coseas.

Também o preço do café da manhã sofre um acréscimo absurdo, de Cr\$1,50 no final de 1975, passou a Cr\$3,00 no início deste ano e a Cr\$4,00 agora em agosto. Além disso foi retirado o leite e servido chá em seu lugar.

Apesar dos aumentos, a qualidade da comida, ao invés de melhorar, piorava a cada dia. O CRUSP estava há 4 meses sem nutricionista — a última tinha sido despedida por não aceitar a péssima qualidade da comida servida aos estudantes e funcionários. Prescrevia-se o cardápio, procurando-se baratear ao máximo o custo da alimentação. Constantemente era servida carne moída, da pior que existe.

Ja durante as férias, quando foi anunciado o aumento, foi convocada uma reunião aberta pelo DCE a fim de que se discutisse a questão. E decidiu-se realizar uma assembleia em frente ao CRUSP para que participassem todas as pessoas que costumavam usar o restaurante. Houve então assembleias nos dias 9 e 10 de agosto, mas com a presença de um número pequeno de pessoas. A pouca divulgação e discussão do problema ainda não tinha levado a grande maioria dos estudantes a entenderem a importância de impedir o aumento. Assim, na Assembleia do dia 9, segunda-feira, ficou decidido que todos deveriam vir na quarta-feira, 11 de agosto, comer a Cr\$6,00. E isto foi feito.

A Ocupação do Restaurante

Dois mil estudantes «mal nascidos», uns «mequetrefes» (conforme classificação do Prof. Irineu Strenger, coordenador da Coseas, em entrevista à Folha de São Paulo no dia anterior) se reuniram em frente ao CRUSP. Logo no início apareceu o prof. Strenger dizendo que queria dialogar «democraticamente» com os estudantes. Ante a sua resposta negativa de baixar o preço das refeições e de permitir a fiscalização dos livros da Coseas por uma comissão estudantil, alunos e funcionários decidiram ocupar o restaurante acompanhado de seis guarda-costas) se retirou e ordenou que os empregados do restaurante fizessem o mesmo. O controle do restaurante foi assumido pelos estudantes, que se serviram e pagaram a uma comissão formada por eles mesmos a quantia de Cr\$6,00. Depois de comerem, os estudantes limparam bandejas, pratos e talheres e fizeram a faxina do local. Durante a ocupação foram observadas várias irregularidades. Havia na despensa cerejas, vinhos, conhaque, que, segundo as notas encontradas no local, são sistematicamente adquiridos pela Coseas, mas nenhum de nós lembra-se de alguma vez ter comido quaisquer dessas guloseimas. Também foi verificado que as condições de higiene eram péssimas: havia peixe mal cheiroso e maquina de cortar legumes cheia de resíduos de sujeira.

À tarde, os estudantes voltaram a se reunir em frente ao CRUSP para o jantar, mas este tinha sido fechado.

No dia 13, quinta-feira, todos se deslocaram até a reitoria para levar as reivindicações. O reitor Orlando Marques de Paiva se recusou a receber a comissão de vinte estudantes que o procurou em nome do DCE e também o dinheiro arrecadado no dia anterior. O Bando do Estado de São Paulo, agência da Cidade Universitária também se recusou a aceitar o depósito, na conta da Coseas, da quantia de Cr\$ 5.388,00, referente às 898 refeições servidas. Decidiu-se então que um grupo de alunos deveria se dirigir à Agência de Osasco de onde enviariam uma ordem de pagamento em nome do DCE da USP para ser depositado na conta da Coseas. Assim foi feito e deu certo. Várias cópias do recibo foram distribuídas entre os estudantes.

Foi ocupado o Centro de Vivência da Coseas para servir de nova sede do DCE. O centro de Vivência, apesar de sua pomposidade, era inútil para os estudantes, pois permanecia quase sempre fechado. Era imprescindível que se tivesse um lugar onde se centralizassem os trabalhos de organização do movimento.

Discutiram-se ainda as reivindicações a serem encaminhadas, que, em síntese eram estas: 1 - congelamento dos preços, com base na tabela anterior, para o restaurante do CRUSP e demais restaurantes e lanchonetes da USP — Cidade Universitária e interior; 2 - abertura da Coseas, bares e restaurantes à Comissão de Sindicância para apurar irregularidades; 3 - que a Coseas assumia os bares, restaurantes e lanchonetes particulares no Campus; 4 - contratação imediata de nutricionista e dietista para o restaurante do CRUSP; 5 - melhores condições de higiene e alimentação; 6 - atendimento médico gratuito para os funcionários e professores; 7 - volta do leite ao café da manhã; 8 - manutenção de sede para o DCE no centro de Vivência da Coseas; 9 - Reabertura do CRUSP. (Fechado desde a ocupação do dia 11/8.)

Nesse mesmo dia, um novo acontecimento veio modificar qualitativamente a luta travada: a tentativa dos órgãos de segurança de reprimir o movimento através de convocações de vários estudantes, alguns integrantes do DCE, para depor no Deops. Assim, com a repressão, ampliou-se o caráter político de nossa luta, que se tornou também uma luta pela autonomia universitária e liberdade de organização e expressão.

No dia 13, sexta-feira, algumas escolas paralisaram suas aulas, concentrando-se em frente à reitoria para exigir que o reitor acompanhasse os depoimentos dos alunos intimados, no intuito de preservar a integridade física dos colegas e garantir a tão falada e pouco praticada autonomia universitária. A assembleia iniciou-se às 11:00 horas: aguardou-se a presença do reitor por meia hora, mas este não compareceu. Recusou-se novamente a receber os alunos em nome do DCE e disse que os receberia apenas na qualidade de alunos da USP e sob a condição de apresentarem documento que os identificasse como tal. Sabia-se que dentro da reitoria estava um delegado do Deops. Os estudantes se recusaram a entrar sob estas condições. Passou-se então a discutir como se faria para comer, já que o CRUSP estava fechado, e também quais seriam as novas formas de luta a serem adotadas dali por diante. Ficou decidido que a Assembleia se deslocaria até o restaurante da Física onde almoçariam a Cr\$6,00. Como forma de luta, decidiu-se parar as aulas de toda a Universidade na terça-feira, dia 17, e realizar no dia seguinte, um plebiscito em resposta às declarações do prof. Irineu Strenger que desafiou os estudantes, a se manifestarem em plebiscito, a favor ou contra os serviços prestados pela Coseas. À tarde, os estudantes que tinham sido chamados no Deops foram soltos, devido à pronta resposta dos alunos da USP que paralisaram suas aulas em defesa dos colegas.

Em São Carlos as aulas também foram paralisadas e como o restaurante de lá também se encontrava fechado desde a sua ocupação no dia 2/8, pediu-se alimentos em casas de família que foram cozidos nas salas de aula.

Na segunda-feira, 16/8, foi feita nova concentração em frente ao CRUSP e comeu-se a Cr\$6,00 no bar da Biologia.

Alguns jornais, como o Estado de São Paulo, caracterizaram a luta dos estudantes da USP contra o aumento de Cr\$ 6,00 para Cr\$ 7,50 no preço das refeições servidas pelo restaurante do CRUSP (Conjunto Residencial da USP), como uma provocação de privilegiados que buscam um pretexto para promover a agitação estudantil. A opinião pública e inclusive muitos estudantes podem ser envolvidos por estes argumentos. E é isto que pretendemos esclarecer aqui: a validade de nossa luta.



Na terça-feira, todas as escolas paralisaram suas aulas, comendo-se aquele dia no restaurante de Comunicações. Na concentração realizada de manhã, em frente à reitoria, o reitor recebeu um grupo de alunos encabeçados pelo DCE e disse que poderia atender à reivindicação da volta do leite ao café da manhã. Reconhecia assim, na prática, nosso órgão centralizador maior. Durante a Assembleia, os representantes oficiais no Conselho Universitário renunciaram ao seu cargo, lendo um documento onde expunham os motivos da renúncia. Eis uma parte do documento: «Mag. Reitor, Senhores Conselheiros. A representação discente no C.O. vem comunicar a seus membros que, fruto de um processo eleitoral amplo e representativo, que contou com um comparecimento às urnas de 14000 alunos desta Universidade, foi constituído o DCE (Diretório Central dos Estudantes) livre da USP, órgão independente e realmente representativo dos alunos, que encaminhará de forma ampla e democrática, nossas reivindicações estudantis. Desta forma, esperamos que este Conselho considere a representatividade do processo eleitoral a que aludimos e reconheça, na prática, o órgão que representa de fato, os verdadeiros anseios dos estudantes da USP». Finalmente, à tarde, viria a notícia da grande vitória dos estudantes neste segu do semestre. O reitor pede para que se avise o DCE de que o preço das refeições servidas no CRUSP voltaria a Cr\$6,00, por ordem do Governador do Estado, Paulo Egydio Martins.

Assegurando a Educação Publica

Dizia o editoralista do Jornal da Tarde de 20/8 que: «Eletivamente não se sabe qual a teoria anárquico-maquista-festiva que racionaliza e justifica tamanha agitação por causa de uma reivindicação absolutamente desligada da realidade econômica, social e até mesmo política do país». Muito pelo contrário, a nossa reivindicação só pode ser entendida dentro dessa realidade, pois é contra ela que se coloca. Os estudantes da USP, minoria privilegiada sim, que tem acesso às informações e aos métodos de análise da realidade social, luta contra as medidas do governo que pretendem desobriga-lo das tarefas que lhe competem: a aplicação das verbas públicas em benefício da maioria da população, o que não vem ocorrendo até agora. No caso da educação pública, por exemplo, devido à falta de verbas, é preciso que alguém pague NOVAMENTE o que já foi pago através dos impostos. Na maioria das Universidades hoje se pagam taxas e atestados de matrícula e os aumentos nos restaurantes são absurdos. O reitor da USP diz que a Coseas está em «déficit», porque vende refeição barata aos alunos. Mas não pode haver «déficit», nem lucro, onde não deveria haver sequer venda daquilo que já foi anteriormente pago pelos impostos. A educação pública e não gratuita foi uma conquista do povo e é isso que queremos assegurar. Pagar para estudar significa pagar duas vezes pelo mesmo serviço. O governo, porém, encara a educação como mais um investimento lucrativo.

Um argumento muitas vezes levantado, e que à primeira vista pode convencer, é o de que a cobrança de taxas para os estudantes mais ricos permitiria a abertura de mais escolas para os menos privilegiados. Isto mostra, no mínimo, intuito de ludibriar a opinião pública, pois como pode ocorrer uma democratização da educação a partir dos estreitos muros das escolas? Na verdade, a possibilidade de abertura de mais escolas dependeria de uma mudança radical na política econômica governamental. É com esse objetivo que lutamos na Universidade, que é o nosso meio, impedindo a implantação de medidas que vão contra os nossos interesses e os dos trabalhadores. Para isso necessitamos de métodos adequados de luta: a união de todos e a indepen-

dência do nosso movimento, como ocorreu na luta do CRUSP.

Contra a carestia

Por que somente agora houve uma reação dos estudantes ao aumento do CRUSP se este acontecia todos os anos? Pode-se dizer que primeiro, como já foi dito anteriormente, o duplo aumento deste ano foi exagerado e também que, nos últimos anos houve uma mudança qualitativa no Movimento Estudantil e na sociedade como um todo que permitiu a grande mobilização dos estudantes deste ano. Hoje, diante da elevação do custo de vida, as camadas médias da sociedade e as classes mais baixas tiveram seu poder aquisitivo diminuído, o que vem provocando manifestações de descontentamento com a política econômica do governo (ver Assembleias Populares, Dois Pontos nº 6.) Na medida que os canais institucionais de participação política estão abertos somente aos grandes monopólios, as classes mais baixas buscam novas formas de manifestar sua insatisfação. Os estudantes, como setor organizado da pequena burguesia, lutam no seu meio, contra a carestia e por uma maior participação política.

Quando a imprensa divulga os acontecimentos no meio estudantil, estes são vistos com grande simpatia pela população. Isto porque há uma identificação dos seus problemas com aqueles levantados pelos estudantes. E é levando em conta essa simpatia para com o movimento por parte da opinião pública e com medo do seu alastramento para fora dos muros da universidade é que o governo do Estado decretou o atendimento às reivindicações dos estudantes. E é claro que também colabora o fato de as eleições estarem próximas. Não é hora de haver (mais) desgastes na imagem do governo.

Na universidade essa insatisfação existe com relação aos serviços (alimentação, atendimento médico, transporte) e ao nível de ensino. As instalações de muitas escolas são precárias, o material para pesquisa e estudos insuficientes, faltam professores, sendo que muitos não são contratados e não recebem remuneração nenhuma por seu trabalho, e a grande maioria não possui capacidade intelectual para dar aulas numa universidade. Diz-se que não há verbas e ao mesmo tempo constroem-se estádios, patios de estacionamento, velódromos, piscinas, que não são primordiais para melhorar as condições de ensino na universidade.

Existe também uma questão específica que precisa ser levada em conta ao se tentar descobrir os motivos da aproximação de grande parte dos estudantes que não costumavam participar das movimentações estudantis, ou seja, as condições financeiras dos estudantes que comem com regularidade no CRUSP. Estes, em grande parte, são aqueles que trabalham para manter seus estudos. Devido à má qualidade da comida, os estudantes com melhor situação econômica buscam outros restaurantes particulares, tornando-se o CRUSP, sua última opção para comer e a única para os estudantes mais «duros». Este aumento viria a pesar nas suas despesas. Um peso a mais que viria se somar a tantos outros, oriundos da elevação do custo de vida.

O que ficou dessa luta

O que permitiu a canalização de todos esses descontentamentos para uma ação efetiva, foi a organização imprimida ao movimento através do DCE - Livre da USP Alexandre Vanucchi Leme. Somente uma entidade representativa de todos os estudantes poderia constituir-se na direção desse movimento. E a própria luta é que permitiu o seu reconhecimento como tal por grande parte dos estudantes. A própria burocracia universitária que sempre se recusou a aceitar a representatividade do DCE, por não se enquadrar dentro das regras estabelecidas pelo Decreto 228/83 foi obrigada a aceitá-la na prática, quando pediu que se avisasse o DCE do atendimento das reivindicações dos estudantes.

Esta luta, a nível de USP, permitiu a participação de estudantes de escolas menos ativas nas mobilizações anteriores, o que, sem dúvida, propiciou uma elevação no seu nível de consciência.

Muitas de nossas reivindicações foram atendidas: manutenção do preço das refeições servidas no CRUSP, a Cr\$ 6,00; volta aos preços antigos nos bares particulares; volta do leite no café da manhã; contratação de nutricionista; a comida teve uma leve melhora. Embora o número de funcionários do restaurante tenha aumentado, as condições de trabalho das cozinheiras permanecem quase as mesmas. Ganham uniformes e botas novas; há muitos anos trabalhavam com os pés na água, expostas à doenças como micose, reumatismos e friagens. Várias delas ainda continuam sem registro, trabalhando lá há mais de dois anos. Há um ano elas estão lutando na justiça do trabalho pelo adicional de insalubridade, que já existe no Brasil há mais de 5 anos. Durante o movimento do CRUSP ventilou-se que elas teriam ganho a causa mas parece que até agora nenhum perito esteve no local para averiguar se de fato o ambiente é insalubre. Portanto esta continua sendo a reivindicação central das cozinheiras do CRUSP. O atendimento médico da Coseas continua sendo cobrado a professores e funcionários; paga-se Cr\$ 90,00 por uma consulta. Não tivemos acesso aos livros de contas da Coseas, mas continua sendo nosso objetivo, assim como todas as outras reivindicações que ainda não foram atendidas. A sede do DCE no Centro de Vivência foi retomada pelos órgãos da reitoria logo depois de refluxo do movimento. Não havendo um movimento de massas que a sustentasse, pois não era o móvel central da luta, foi fácil a expulsão dos estudantes de lá, mas a existência de uma sede que centralize os trabalhos do DCE é imprescindível. Não é justo que a máxima entidade representativa dos alunos não tenha um lugar para se estabelecer dentro da própria Universidade. A vitória dos estudantes da USP contribuiu para reativar as discussões em torno dos restaurantes em várias Universidades e escolas particulares. Durante a última Reunião Nacional de Estudantes realizada em São Carlos no dia 28/8, estudantes de escolas de todos os Estados do Brasil, disseram estar tendo problemas com seus restaurantes. Em todos os lugares há insatisfação com os preços, a qualidade da comida... Esta é portanto mais uma luta concreta que pode constituir-se num ponto de união dos estudantes a nível nacional.

- 1 — As outras pessoas que estavam no restaurante não puderam comer devido à falta de comida.
- 2 — A sede anterior do DCE, na Ciências Sociais, foi invadida pela repressão que trocou a fechadura da porta.
- 3 — O decreto 228 determina que as eleições para o DCE sejam indiretas.

LIVROS

Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico, de Friedrich Engels; in MARX & ENGELS, Textos I. São Paulo, Edições Sociais, 1975, págs. 5 a 60. Cr\$ 50,00.

ou Engels, Do Socialismo..., Lisboa, Editorial Estampa, Coleção Teoria, 1974. Cr\$ 23,00.

Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico, publicado pela primeira vez em 1880, é uma seleção e montagem de textos de outro livro de F. Engels—A Subversão da Ciência pelo Senhor Eugen Duhring, mais conhecido como o ANTI-DUHRING. Em Do Socialismo... encontramos uma explicação didática do que vem a ser o método materialista de análise e é um livro clássico para o conhecimento do marxismo.

Existindo classes antagônicas na sociedade, os discursos filosóficos, religiosos, etc., não estão situados fora deste antagonismo: a eles cabe o papel de elaborar uma concepção de mundo que orientará e

situará os movimentos destas classes em luta. Assim, a classe dominante em determinada época (aquela que é proprietária dos meios de produção, dos objetos de trabalho: no feudalismo, a terra; no capitalismo: as fábricas predominantemente) também domina, neste período, a ideologia, o conjunto das formulações intelectuais.

Tendo como objeto a trajetória percorrida pelo socialismo entre a utopia e a ciência, Engels mostra a efetiva complementação destes dois processos. O socialismo utópico continua o caminho delineado pelos filósofos franceses do século XVII, filósofos da razão, do iluminismo, da burguesia que iria liderar a Grande Revolução de 1789. Os três grandes utópicos—Saint Simom, Fourier, Owen—não se propõem a falar em nome do operariado, a expressar seus interesses de classe. Tal como os filósofos das luzes, eles querem emancipar toda a sociedade de uma vez. Para tanto bastaria a organização da sociedade em moldes harmônicos. De posse de uma receita infalível para a reforma da sociedade, os três se colocavam fora dela, não concebendo a história como motor primeiro de todas as transformações sociais.

Hoje, quase cem anos depois de escrito, Do Socialismo... é ainda o livro base de introdução ao marxismo, ao socialismo científico como instrumento de transformação da sociedade. Por outro lado, proliferam nas bancas e livrarias, livros de introdução ao marxismo como as «popularizações» do tipo «juízo da história», «vida e obra» e «as idéias de...» Destes convém manter distância, pois são realizados com objetivos muito mais comerciais do que realmente científicos. Por isso, para quem quiser começar a enfender o que é marxismo (banido como um monstro da universidade brasileira): Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico.

(1) Marx & Engels, Textos I, São Paulo, Ed. Sociais, 1975, pág. 31.

LEIA E ASSINE MOVIMENTO

ANUAL Cr\$ 300,00
SEMESTRAL Cr\$ 150,00

Desejo receber uma assinatura de Movimento:

Nome
Endereço
CEP Profissão Idade
Cidade Estado

Neste sentido, estou enviando o cheque de n. em nome de Edição S/A
— Editora de Livros, Jornais e Revistas
Se preferir a assinatura por boleto na Europa, o pagamento deve ser enviado para a Conta Postal CCP 2360 535 F 020 M FORTI Bureau 142 — Paris France
Preço da assinatura no exterior ANUAL US\$ 70 SEMESTRAL US\$ 35

Café Paris
o seu encontro com gente, café e livros.
Rua Waldemar Ferreira nº 149 - butantã - S.P.

LEIA E ASSINE LAMPIÃO
OPINIÃO DE FATO
COBRA DE VIDRO BOCA DO INFERNO
CEM FLORES NÓS MULHERES
VERSUS PASQUIM

LEIA
CADERNOS CEBRAP CADERNOS UNICAMP
EM AGOSTO
Cadernos de DEBATE 1 História do Brasil
Cadernos de Literatura e Ensaio ALMANAQUE 1

CASA ESPECIALIZADA
DESENHO
PINTURA
ENGENHARIA
ARQUITETURA
EMPÓRIO ARTÍSTICO
“Michelangelo”
COLASUONNO & CIA. LTDA.
MATRIZ - R. LIBÉRO BADAJO, 118
FONES: 32-2292 - 35-4257
FILIAL 1 - R. MARTINS FONTES, 185
FONE: 256-2120
CAIXA POSTAL 2862 - S.P.

DLP
R. Afonso Pena - 272 - Tel: 227-0607 — Bom Retiro — lojas na Cidade Universitária: Prédios do Biênio, Química e Mecânica.
FOTOLITOS
COMPOSIÇÃO IBM
IMPRESSÃO OFF-SET
MATERIAL ESCOLAR
LIVROS E APOSTILAS

EXPEDIENTE
Edição sob a responsabilidade do CEAC - Centro de Estudos de Artes e Comunicação. Colaboraram neste número alunos da ECA, POLI, FAU, CIÊNCIAS SOCIAIS, UNICAMP.
TOS - Rua Afonso Pena, 272, S. Paulo, SP. Tiragem 5000 exemplares. Números atrasados: endereço acima. Nenhum direito reservado. Distribuição manual. Composto e impresso na EMPRESA JORNALÍSTICA AFA, Av. Liberdade 704, S. Paulo.
Correspondência para: DOIS PON-



DISSÍDIO COLETIVO:

a reorganização dos sindicatos

O Partido Trabalhista Brasileiro, fundado em 1945, foi cedido paternalisticamente pelo governo de Getúlio Vargas, com a finalidade de dar ao camaleônico presidente os votos da classe operária, cuja importância crescia. É claro que um partido dado de presente pela classe dominante, e não conquistado pela luta dos próprios trabalhadores não atenderia aos interesses dos últimos e sim dos primeiros. É o que ocorre nos países cuja orientação seja a de conseguir o apoio dos trabalhadores por meio de manobras, engodos e leis que não se cumprem, fatos que caracterizam a degenerada interferência da classe dominante nos sindicatos, a qual, para isso, dispõe da convivência da Justiça do Trabalho, das diretorias pelegas dos sindicatos (1), da própria Consolidação das Leis do Trabalho, etc. De acordo com a CLT os sindicatos devem cooperar com o Estado, mas do ponto de vista dos trabalhadores eles devem ser, antes de mais nada, entidades organizadoras e reivindicatórias, democraticamente construídas, através das quais os empregados possam exigir — e conseguir — condições de trabalho e de vida que os satisfaçam.

Hoje, após uma década de sonolência, grupos de oposição às diretorias sindicais começam a reagir contra a tirania dos patrões. São tímidas, porém, essas tentativas, e a quase totalidade das lutas dos sindicatos ainda é controlada pelas diretorias pelegas, devido à ainda incipiente organização das bases.

Algumas categorias têm o reajuste salarial marcado para os últimos meses do ano, vemos então, o desenrolar das campanhas salariais, umas em fase de negociação e outras sendo ainda discutidas nos sindicatos, mas todas prejudicadas pelo peleguismo das diretorias.

FÓRMULA MATEMÁTICA

Até 1965 o reajuste salarial anual era obtido através de negociações entre o sindicato e os patrões, cujo resultado era examinado pela Justiça do Trabalho, que decidia sobre o valor do reajuste. A força de pressão de que o sindicato dispunha sobre os empregadores, principalmente através das greves, possibilitava a manutenção relativa do poder aquisitivo do salário. Desde então, com a desculpa de conter a inflação, o governo tem recorrido ao arrocho salarial — tornando cada vez mais insuficiente o salário — e tem procurado restringir a capacidade de negociação e pressão dos trabalhadores (ver DP n° 5, «1° de Maio»).

A lei 4725, de 1965, introduziu e garantiu a intervenção do Estado em todos os reajustes salariais por 3 anos: e, uma nova lei, no governo Costa e Silva, determina que essa intervenção seja permanente. Hoje a taxa de reajuste salarial é decretada pelo Executivo, não sendo condizente com a alta do custo de vida, acarretando, deste modo, uma perda cada vez maior do poder aquisitivo do trabalhador. Em 1970, uma família da classe baixa utilizava 90,5% de sua renda nas despesas essenciais — alimentação, aluguel e condução —, sobrando-lhe 0,5% para outras despesas; em 1975, devido à desvalorização crescente de seu salário e de um reajuste salarial não correspondente à inflação, esta família — apesar de ter agora mais membros trabalhando —, necessitava gastar 104% de sua renda mensal para as despesas essenciais, obrigando o trabalhador a conseguir estes 4% exteriores à sua renda em horas extras, prejudiciais à sua pessoa e aos outros trabalhadores.

O que existe então, na realidade, é sem-

pre um reajuste, taxa da correção do salário igual ou menor que a inflação, e nunca um aumento salarial, que só ocorreria se a taxa fosse superior à inflação.

O reajuste salarial é calculado «matematicamente» com base em quatro índices:

1- resíduo inflacionário — previsão da taxa de inflação do ano imediatamente posterior ao reajuste. Segundo o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômico), este índice é determinado pelo Conselho Monetário Nacional, e baseado na programação econômico-financeira da União, o que, face ao conhecimento que se tem das tendências inflacionárias, leva inevitavelmente a uma subestimação da taxa real da inflação. No período 74/75, o resíduo inflacionário vigente foi de 15%, mas o custo de vida subiu muito mais: 31%;

2- Taxa de produtividade — deveria fazer os salários crescer na mesma proporção do Produto Interno Bruto, no entanto o valor determinado como taxa de produtividade é menor que a taxa do crescimento do PIB per capita;

3- coeficiente de atualização monetária dos salários — de acordo com a correção monetária aumenta-se o valor do salário. Só que o coeficiente de atualização monetária do salário nunca corresponde à correção monetária do capital;

4- correção do resíduo anterior — que corrige a perda do poder aquisitivo no ano anterior por causa da inflação.(2)

«TRAÍÇÃO DOS PELEGOS»

Apesar deste reajuste ser fixado pelo governo, há ainda a possibilidade de negociar com os empregadores antes da data-base fixada para o decreto oficial determinando o reajuste. Assim, a parcela combativa tem procurado, através de uma participação maior das suas bases, retomar na sua verdadeira função.

O Sindicato dos Bancários de São Paulo encerrou sua campanha salarial e, embora não tenha tido suas reivindicações atendidas, verificaram-se uma organização e uma participação visivelmente maiores. Em assembléia os bancários formaram comissões abertas de preparação da campanha: comissão de propaganda, salarial e de redação. Foi respondido um questionário, por 3.000 funcionários, através do qual fixou-se o índice de 60% de aumento, além de se ter feito a minuta com as demais reivindicações; dentre elas, a proposta de um representante do sindicato em cada agência, uma forma de aumentar a ligação entre o trabalhador e o sindicato. Esta minuta não foi aceita pelos patrões, que ofereceram 35%, índice recusado pelos bancários.

O sindicato tinha um prazo até 12 de outubro, data-base fixada para a categoria, para chegar a um acordo. Havia, também, uma proposta de preparar uma última assembléia para 23 de setembro, bem divulgada, e com possibilidades de comparecimento de, pelo menos, os 3.000 bancários que responderam o questionário, fato que se constituiria em real pressão sobre os banqueiros e o governo. Entretanto, «inexplicavelmente», a assembléia foi marcada para 3/9, sexta-feira, início de feriado, o que provocou a ausência de muitas pessoas. Mesmo assim, o quórum foi de aproximadamente 1000 funcionários. A proposta dos banqueiros — 30% de aumento em setembro e reajuste em outubro, de acordo com o

índice do governo — foi aceita; as demais reivindicações foram deixadas de lado ou atendidas insatisfatoriamente. Com isto o movimento foi contido e um avanço de base evitado.

Os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema obtiveram importante vitória ao conseguirem desvincular seu sindicato da Federação dos Sindicatos de Metalúrgicos do Interior. Os juizes consideraram que São Bernardo e Diadema — área de concentração de indústrias automobilísticas, multinacionais — comportava necessidades próprias. E uma série de reivindicações foi atendida: salário-substituto, o que obriga a empresa, ao substituir um empregado, a pagar ao novo funcionário o mesmo salário pago ao antigo, evitando-se que a empresa despeça um empregado, contratando outro para o qual pague salário inferior; estabilidade provisória para a empregada gestante até seis meses após o parto; um adicional maior que o previsto em lei por horas extras que ultrapassem dez horas de trabalho.

Em março deste ano (abril é a data-base da categoria), durante a campanha salarial, os mesmos metalúrgicos pediram acordo separado da Federação que, oportunisticamente, antes do julgamento, na Justiça do Trabalho, entrou em acordo com os patrões — abandonando uma série de reivindicações dos trabalhadores — e, no dia do julgamento, o reajuste oferecido pelos empregadores foi homologado pelos juizes e estendido ao Sindicato de São Bernardo e Diadema. O reajuste pedido pelos metalúrgicos foi de 63%, o aceito pela Federação foi de 42%.

PELA DEMOCRATIZAÇÃO

Diante desses fatos, é importante se ter claro que as vitórias conseguidas são mais um passo em direção à reorganização e democratização dos sindicatos, já se movimentando, apesar do desinteresse das diretorias, burocratas sindicais que utilizam o sindicato apenas para o próprio benefício, não tendo portanto nenhum interesse na participação das bases.

O contato permanente entre todos os trabalhadores e seus sindicatos, a exigência de assembléias — e a ampla participação nelas —, além da criação de uma imprensa sindical verdadeira são formas de se conseguir devolver ao sindicato o caráter reivindicatório, o que só ocorre a partir da luta da base.

Os trabalhadores hoje têm um obstáculo maior a ser transposto na defesa dos seus interesses: não é mais somente o patrão; é, sim, a empresa unida ao Estado e à burocracia sindical. Na atual situação brasileira, um sindicato forte, independente, não atrelado ao Estado, é um organismo capaz de trazer aos trabalhadores uma situação digna. Só depende da disposição de luta das tendências realmente representativas dos trabalhadores dentro do sindicato, inter-relacionada com uma democracia interna, que é a livre manifestação e participação dessas tendências, para que esse organismo de massa seja um instrumento nas mãos de seus verdadeiros donos: os trabalhadores.

1. Pelego - Segundo o Novo Dicionário Aurélio, é «a pele do carneiro com a lã, usada nos arreios à maneira de xairel (cobertura de besta)» ou, feitas as devidas identificações, «agentes mais ou menos distarçados do Ministério do Trabalho nos sindicatos operários».

2. Movimento N° 8, p.8. «Salários».



A QUESTÃO TECNOLÓGICA

« A questão da independência nacional não é uma questão que passe, necessariamente, pela produção de tecnologia nacional. No mundo capitalista não há nenhuma possibilidade de se criar um projeto de capitalismo nacional autônomo. Isso é uma quimera. Não por nenhuma incapacidade intrínseca dos tupiniquins que habitam esta terra de sabiás e palmeiras, mas pelo fato de que o sistema capitalista tende, forçado pelas necessidades próprias do seu processo de acumulação, a ser cada vez mais internacional e, portanto, aqueles que repousam suas esperanças na produção de uma tecnologia nacional como sinônimo de independência nacional, ou estão equivocados, ou falando de má-fé. A independência nacional, se nos mantivermos dentro do sistema capitalista, não vai se dar. Fundar esperanças de que a tecnologia opere como ente autônomo, capaz de produzir independência é, no melhor dos casos, vestir a farda de D. Pedro I no ano de 1976. O que é uma coisa absolutamente arcaica. Pode dar bons filmes coloridos, mas não dá independência nacional». (Da entrevista concedida a DOISPONTOS por Chico de Oliveira, economista e membro do CEBRAP.)

D.P. - Qual a relevância da transformação dos institutos de pesquisas em sociedades anônimas?

C.O. - A relevância para mim está no fato de se transformar os institutos de pesquisas e portanto seus funcionários técnicos, cientistas, etc. em empregados do capital. Isso é uma relevância formal que não deve ser minimizada. E essa proposição, partida do Governo ou de órgão do Governo, revela e desmascara o fato fundamental de que está se tentando colocar a produção científica e técnica no país como uma força auxiliar do capital. Isso, que já tinha se passado nas empresas estatais produtivas, quando elas foram transformadas na verdade em empresas capitalistas, que produzem, que estão implantadas para produzir lucros, tal como uma empresa capitalista privada, revela a tentativa de se usar a mesma regra para os institutos de pesquisas.

D.P. - Qual a relação disso com a questão da dependência tecnológica?

C.O. - A questão da dependência tecnológica se coloca num plano mais alto. Coloca-se no plano das relações de produção em primeiro lugar e no plano de quem é que força a demanda de inovações tecnológicas, em segundo. Porque tecnologia não se faz em abstrato. Ela procura dar uma resposta específica a um problema concreto da produção. Então, por isso, ela é sempre rente a imediatista — não no sentido pejorativo da palavra, mas no seu sentido preciso. Ela é sempre imediatista no sentido de atender a questões econômicas relevantes colocadas pela estrutura produtiva. Tecnologia é, em síntese, uma forma transformada da relação social de produção. Por que é que a independência tecnológica não necessariamente é igual à instituições tecnológicas de pesquisas independentes? Exatamente pelo fato de que quem demanda a tecnologia são os setores produtivos. Ora, na economia brasileira boa parte do seu setor produtivo está nas mãos do capital estrangeiro. Esse não demanda pesquisas tecnológicas no Brasil, nem as confia a laboratórios ou centros de pesquisas nacionais porque esta produção de tecnologia é um dos privilégios de que se vale o capital estrangeiro para

melhorar seu domínio de mercado, para remeter lucros disfarçados sob a forma de assistência técnica e porque a pesquisa tecnológica no coração das grandes corporações internacionais é uma parte vital da sua própria forma de crescimento, da sua própria capacidade de produzir lucros.

D.P. - Qual é o mecanismo que permite aos países mais desenvolvidos, sob o ponto de vista tecnológico, continuarem nessa posição?

C.O. - Sem cairmos na tautologia, o mecanismo é basicamente esse: a pesquisa tecnológica tem uma demanda que deriva das necessidades do processo produtivo. Ora se os países mais desenvolvidos estão à cabeça da produção num sentido amplo, é evidente que são os setores controlados pelo capital internacional, não só no Brasil como nos países mais adiantados, aqueles que fazem maior demanda de tecnologia nova para superar problemas que existem tanto ao nível da produção (por exemplo aproveitamento de nova matéria-prima), como problemas que na verdade recobrem, digamos assim, a relação social de produção.

Por exemplo se em determinado setor industrial a produtividade do trabalho já chegou num certo limite a partir do qual, continuando com o mesmo processo, os salários tenderiam a subir por força do mecanismo de acumulação, então aí está colocado genericamente um problema que toma forma tecnológica, isto é, trata-se de encontrar novos processos de trabalho, mais produtivos, que superem essa limitação da produtividade do trabalho, evitando que o crescimento dos salários reais extrapole a acumulação do capital. Na verdade trata-se de resolver um problema cuja matriz está na relação social de produção.

D.P. - Existe a possibilidade dos países mais avançados preverem necessidades tecnológicas nos setores de ponta e com isso se armarem para essas questões por você levantadas, de maneira estratégica?

C.O. - Sem abusar da futurologia, é evidente que existe alguma possibilidade de previsão de problemas que tomam a forma



A tecnologia não é outra coisa que não a forma cristalizada da relação social de exploração. Portanto, ela é uma forma transformada do capital.

tecnológica por parte das grandes empresas e portanto seus países-sede. Apesar de que essa previsão não chega a alcançar 15, 20 anos-prazo. O fato de às vezes esses países estarem explorando um recurso cujo custo seja bastante baixo, embota a capacidade de previsão. Esse repousar em uma oferta de matérias-primas de custos extremamente baixos porque são produzidas em países pobres, embota na maioria dos casos, a capacidade de previsão tecnológica das grandes corporações internacionais. O caso do petróleo é bem típico. Quando, em 1973, o preço do petróleo foi modificado, basicamente por força de uma atuação política dos países árabes, isso pegou as grandes companhias de calças curtas. Elas não tinham em seu arsenal de conhecimentos tecnológicos, processos que na verdade pudessem fazer com que, mesmo subindo o preço do petróleo, elas pudessem implementar processos de produção muito mais baratos. Aí é que, na verdade, a economia internacional capitalista, desde a crise do petróleo, vem sofrendo

uma série de ajustes mais políticos que tecnológicos.

D.P. - As dificuldades atuais com o balanço de pagamentos poderiam levar o Brasil a um período de substituição de importação de tecnologia?

C.O. - Eu acho que quaisquer dificuldades nesse sentido pode induzir a uma substituição na importação de bens de capital, mas não necessariamente de tecnologia, isto é, há uma certa transferência de tecnologia na medida em que, até certo ponto, elas vêm incorporadas aos produtos, às mercadorias; mas só até aí. Haveria substituição de importação de tecnologia se houvesse uma política econômica clara, no sentido de haver algo similar ao que o Japão fez, isto é, o Japão simplesmente copiou tecnologia que vinha incorporada às mercadorias que importava. Mas se essa substituição de importação de bens de capital for feita tendo como usuários aqui no Brasil as

mesmas companhias internacionais, então a gente pode dizer que essa substituição de importação de tecnologia será no melhor dos casos apenas aparente. Porque na verdade, o controle desse processo continuará fora do país. Portanto, a questão tanto de produzir tecnologia nacional quanto a de importar ou de substituir não é uma questão técnica, mas política. Na verdade, eu desconfio que a maior parte dos esforços que estão sendo feitos para forçar a transferência de tecnologia é uma mistificação que vai encobrir apenas a compra; de tecnologia na maioria dos casos obsoleta. Ou pelo menos não inovadora...

D.P. - Num país em que o Estado esteja intimamente ligado aos interesses de países e empresas estrangeiras, faz alguma diferença a responsabilidade do desenvolvimento tecnológico estar ou não nas mãos desse Estado? A burguesia nacional tem condições de afirmar um projeto de desenvolvimento tecnológico próprio?

C.O. - Começando pelo fim, a burguesia nacional não tem absolutamente condições de liderar um projeto de independência tecnológica nacional. Essa burguesia nacional hoje é muito fraca no controle do capital total existente no Brasil. Ela pode na verdade lançar mão de benesses do governo que tratem de, por razões políticas e não econômicas, manter o chamado equilíbrio das três formas de capital. O que parece estar acontecendo agora.

Quanto ao Estado, pelo fato de controlar setores-chave para a produção, sendo por isso o maior demandante de bens de capital como um todo, poderia forçar uma política de internalização de produção de uma tecnologia nacional. Só que o Estado padece de uma contradição que pode ser mortal com respeito a esse projeto. Isto é, as empresas do Estado, exatamente porque estão colocadas nos setores-chave, necessitam para manter essa posição e para expandir-se, da tecnologia de vanguarda e não de uma tecnologia atrasada. A tecnologia de vanguarda está no exterior e não no Brasil e o Estado tem permanentemente necessidade de comprar enormes quantidades de bens de capital para expandir suas empresas. De modo que a própria posição do Estado torna-o sempre dependente da tecnologia estrangeira.

Ora, o Estado sofre essa contradição porque ele não pode parar as suas empresas. Parar suas empresas significa reduzir o ritmo de crescimento da economia brasileira e correr o risco de perder o controle dos setores-chave.

D.P. - Existe uma corrente que propõe aos países subdesenvolvidos um desenvolvimento econômico à base de pouco capital e muita mão de obra. Até que ponto esta posição é coerente com o próprio significado de desenvolvimento tecnológico?

C.O. - Indo ao fundo da questão, eu acho que a questão do crescimento econômico não é uma questão de tecnologia pobre ou rica, não é uma questão de trabalho intensivo ou capital intensivo. É uma questão de controle social e político. Qualquer proposta que, na verdade, pense que no sistema capitalista, produzir mercadorias à base do trabalho intensivo seja melhor do que produzir mercadorias na base do capital intensivo, é uma proposta reacionária. E se essa proposta não coloca em questão a propriedade e o controle do capital, então ela é mais reacionária ainda. Um país como a China, por exemplo, fez isso, à base dos seus requerimentos de crescimento econômico de um sistema socialista em que os frutos do trabalho não são apropriados privadamente senão apropriados coletivamente. Um país como a China, um país socialista, pode fazer isso, fazendo com que os diversos setores da economia cresçam diferenciadamente e localizando a pesquisa tecnológica mais inovadora ali exatamente onde seja necessário libertar-se da dependência.

Mas isso é feito num país que rompeu abertamente com o sistema capitalista e onde, por exemplo, uma política desse tipo não redundava em dilapidação dos recursos nacionais. Quando, no mundo capitalista, um país determinado pratica uma política de crescimento desse tipo, ele não faz isso por uma opção. Ele faz porque dentro da divisão internacional do trabalho do mundo capitalista, ele foi levado a isso. De certa forma, essa discussão do trabalho intensivo e capital intensivo é falsa porque nos países menos desenvolvidos do sistema capitalista, ainda quando no processo produtivo você possa ter técnicas, processos e máquinas avançadas, isso não significa de modo algum que a técnica de produção seja capital intensivo. O que importa é ver a relação disso com os salários e na maior parte dos casos ainda quando países menos desenvolvidos estejam utilizando técnicas, pro-

cessos e equipamentos avançados, na sua equação de custos e preço dos salários sendo baixo, é isso que conta e portanto, mesmo essas técnicas, processos e equipamentos, terminam sendo de trabalho intensivo e não de capital intensivo, porque é a relação com os salários reais que definem o estilo de crescimento e não a técnica tomada em abstrato.

Em qualquer país capitalista, a produtividade do trabalho é predominante, é determinante, só que essa produtividade do trabalho pode ser tecnicamente alta e economicamente baixa, isto é, pode utilizar técnicas sofisticadas juntando-as com um trabalho barato. E o caso do Brasil que, para produzir automóveis, não usa nenhuma técnica de trabalho intensivo por definição. O que ele usa é uma especial combinação da técnica, senão a mais avançada a mais corrente no mundo capitalista, com salários baixos, o que na verdade significa estar utilizando uma equação de produção de trabalho intensivo e não capital intensivo.

D.P. - Como se relaciona nossa situação de desenvolvimento tecnológico com a formação de engenheiros e outros técnicos das nossas universidades? Que papel tem-se reservado para eles?

C.O. - Eu diria que a mediocridade de nossas universidades e dos nossos cursos de formação e especialização é dada em primeiro lugar pelo que é nossa economia e em segundo lugar pela forma com que o capital é controlado dentro da economia brasileira. A forma da economia brasileira na verdade ainda é e sendo capitalista por definição sempre será — uma economia que vai procurar articular-se com uma divisão internacional do trabalho. Isso significa que a demanda de trabalho qualificado nessa economia em primeiro lugar é baixa. Em segundo lugar, pelo tipo de controle existente onde o capitalismo estrangeiro tem uma forte predominância em certos setores primitivos, esse tipo de controle que o capital requer não é de pessoal técnico inovador mas é no máximo de pessoal técnico que entenda esse processo de equipamento e operação e trate na maior parte dos casos de conservá-lo bem. Do ponto de vista dos setores que são controlados pela burguesia nacional — onde poderia se pensar existir maior demanda de técnicos inovadores — isso não se dá pelo fato de que a burguesia nacional também compra sua tecnologia já em pacotes, já incorporada aos bens de capital, equipamentos e processos, que ela traz do exterior. Portanto, a sua demanda de técnicos é quase da mesma natureza que a das companhias internacionais. Resta o setor da economia que é controlado pelo Estado. Na verdade, é nas empresas controladas pelo Estado onde existe uma demanda de pessoal técnico mais diferenciado e onde possivelmente existe demanda de pessoal técnico dedicado à tarefa de inovação tecnológica. Isso porque não só as empresas do Estado são as maiores da economia nacional em seus setores, como talvez aí exista alguma coisa que seja ligada à própria forma dessa burocracia de Estado manter-se no controle dessas empresas. Elas necessitam de alguma forma de estar ao par das inovações tecnológicas de vanguarda no resto do mundo para poderem inclusive transacionar, discutir projetos, implantações, ampliações, etc.

Isso não chega a ser uma coisa notável, como poderia ser, exatamente pelo fato de que as empresas estatais também compram equipamentos e bens de capital no exterior, o que embota e inibe a capacidade das empresas estatais funcionarem como grandes demandantes de técnicos no mercado nacional de mão de obra. Por aí se vê que numa estrutura produtiva desse tipo — país dependente e com formas de controle de capital tal como essas que nós esboçamos — existe latente um conflito entre as necessidades de todo esse pessoal e as necessidades do aparelho produtivo. Daí decorre que há, nas universidades e nos institutos técnicos do Brasil, uma certa esterilização de capacidade técnica pelo próprio fato de que a maior parte do pessoal que possa ser formado não encontra ocupação nas tarefas tecnológicas de vanguarda. O caso do setor nuclear mostra, de forma dramática, como a formação de pessoal, na verdade, vai sempre a reboque das necessidades de acumulação. Para que as usinas de produção nuclear, que estão sendo montadas e que virão a ser montadas não fiquem inteiramente nas mãos de pessoal estrangeiro, será necessário um esforço de formação de pessoal de uma magnitude muito grande onde, necessariamente, a improvisação vai campear. Isso mostra como mesmo as empresas estatais não têm uma política de formação de pessoal autônoma e nenhuma capacidade de previsão nas transformações tecnológicas que estão por vir e as que já estão colocadas como necessidades do aparelho produtivo.

IPT S/A: mudou alguma coisa?

Nos países do Terceiro Mundo, a questão do desenvolvimento de uma tecnologia própria vincula-se a um problema mais amplo, que diz respeito fundamentalmente às relações de dependência — política e econômica — entre eles e as potências hegemônicas. Sob a ação desse fator, os institutos de pesquisas, que deveriam cumprir a função de desenvolver uma tecnologia nacional, voltada para as necessidades concretas do país, mostram-se, nos países economicamente dependentes, incapazes de solucionar um problema que, afinal, transcende aos seus limites. O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), recentemente transformado em sociedade anônima, não foge a essa regra.

O IPT surgiu em 1934, a partir da expansão do Gabinete de Resistência de Materiais, um pequeno núcleo agregado a Escola Politécnica, da qual desvinculou-se dez anos depois, quando foi transformado em entidade autárquica. Seus objetivos, desde aquela época — tais como solucionar as questões tecnológicas fundamentais à emancipação econômica do país, formar pesquisadores, etc. — nunca tiveram condições reais de serem concretizados.

Com base nas afirmações confiadas numa recente publicação do próprio IPT, — os acordos de assistência técnica e a intensa implantação da indústria estrangeira no nosso meio retiraram, de certa maneira, do IPT, o papel de liderança na introdução de inovações. Embora durante a 2ª Guerra Mundial ele pudesse ter atuado mais intensamente, em períodos como a partir de 1945 — quando a indústria nacional começava a importar massivamente know-how estrangeiro — ou, por volta de 1954 — com o início da penetração das corporações multinacionais no país — o IPT permaneceu voltado para atividades secundárias, assim como as de substituição de matérias-primas estrangeiras pelas nacionais, a resolução de problemas de controle de qualidade, etc. de detalhes do processo produtivo, etc.

Nos últimos 5 ou 6 anos, porém, o IPT registrou uma certa intensificação de suas atividades, embora isso não tenha significado qualquer alteração básica na sua atuação. Estava-se acelerando o processo no qual o IPT passava a dirigir suas atividades para o setor de pesquisas industriais, atendendo a necessidades secundárias, principalmente das grandes empresas, que por seu lado continuaram a importar tecnologia estrangeira. Seria esse mesmo processo que levaria à transformação do IPT em sociedade anônima.

UMA EMPRESA PARA SERVIR AS GRANDES EMPRESAS?

Um dos grandes problemas que tem afligido o IPT desde o seu surgimento relaciona-se com os recursos canalizados para a elaboração de pesquisas. Dos três meios para obtenção de recursos — recebimentos por serviços prestados a particulares, serviços prestados a empresas estatais e as dotações orçamentárias do Governo — as dotações orçamentárias sempre foram a base da receita do IPT. No entanto, tais verbas sofreram constantes retrações, o que criou uma instabilidade muito grande no desenvolvimento das pesquisas.

Dentro desse quadro, começou-se a cogitar na possibilidade de fazer com que o IPT se voltasse para atividades que pudessem elevar sua arrecadação, através da ênfase aos trabalhos remunerados. Argumenta-se que essa seria uma maneira do Instituto libertar-se da dependência econômica gerada pela instabilidade das dotações. Uma quinada nesse sentido, porém, que faria do IPT algo bem semelhante a uma empresa, só poderia ser efetivada se suas diretrizes básicas fossem alteradas. E, ao que parece, foi exatamente isso o que ocorreu.

No final da década de 60, aos poucos, o IPT começa a adquirir contornos de empresa, adotando atitudes que o afastariam cada vez mais de sua proposta inicial. Em 1969, foram contratados os serviços da PLANASA — Planejamento e Assessoria Administrativa S/A — para desenvolver planos para uma nova estruturação do Instituto, em busca de condições para uma produção industrial.

Entre outras alterações, foi criado o prêmio de produtividade, que é uma característica da estrutura empresarial privada.

Em 1973, a direção do IPT iniciou negociações com órgãos do governo estadual visando à transformação do Instituto em empresa pública. Uma série de problemas, porém, envolveu o caso, fazendo com que quatro projetos fossem encaminhados à Assembleia Legislativa do Estado.

Inicialmente foi elaborado pelo Executivo, na gestão Laudo Natel, em 1974, o projeto 205, que propunha não só a extinção do IPT, como a de mais nove institutos de pesquisa do Estado, formando com eles três empresas de capital misto. O projeto recebeu diversas críticas, não só da parte dos pesquisadores e de entidades como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), como também do Legislativo. Ameaçado de rejeição na Assembleia, o projeto foi retirado pelo governador. Mais tarde, novo projeto de número 339, que previa, da mesma forma, a extinção dos institutos de pesquisa, foi encaminhado à Assembleia e aprovado por decurso de prazo, sendo transformado na Lei 527, promulgada em dezembro de 1974. Ela, no entanto, não foi posta em vigor.

No início do governo Paulo Egídio, a lei foi revogada pela Assembleia do Estado. Mais uma vez foi preparado um novo projeto, visando agora à transformação apenas do IPT em empresa pública, excluindo os institutos restantes. Esse projeto de lei foi aprovado pela Assembleia Legislativa e transformado na Lei 896, de dezembro de 1975. Dessa forma, o IPT transformou-se em empresa e assumiram o seu controle acionário, além da Fazenda do Estado, acionista majoritário, a Sabesp, a Prodesp, a Dersa, a Vasp, a Emlasa, a Fepasa e a Cesp.

O QUE A PROPOSTA DIZ E A REALIDADE CONTRADIZ

A ênfase dada aos trabalhos remunerados, que foi posta em prática a partir da segunda metade da década de 60, fez com que o IPT licasse com suas atividades limitadas às pesquisas encomendadas pelas empresas que, na maioria dos casos, não condizem com as necessidades do país, o que se refere ao desenvolvimento de uma tecnologia própria. Isso é parcialmente explicável uma vez que grande parte das pesquisas são encomendadas ao IPT por grandes empresas multinacionais, as únicas que possuem capital suficiente para isso. Tais empresas, porém, não têm interesse em custear, dentro do país, pesquisas básicas que produzam grandes inovações tecnológicas, visto que uma forma delas enviarem grandes remessas de lucros ao exterior é através da importação de tecnologia de suas matrizes e da assistência técnica. Dessa forma, o IPT, que sempre destinou-se a executar tarefas de importância secundária, devido a um desvio entre sua proposta inicial e sua atuação, formalizou o erro no momento em que assumiu o papel de simplesmente prestar assistência às empresas, procurando basear sua receita nesses serviços. A transformação do IPT em sociedade anônima iria somente adaptar a estrutura do Instituto a essas mudanças que, na prática, há muito tempo já vinham ocorrendo.

As contradições que sempre estiveram presentes na vida do IPT não estão isoladas de problemas mais amplos. Dentro das próprias diretrizes governamentais existe um verdadeiro abismo entre a proposta e as decisões tomadas. A estratégia definida pelo governo na área da tecnologia está expressa no II Plano Básico de Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia (PBDCT). Segundo ele, as metas prioritárias a serem atingidas referem-se ao desenvolvimento de uma tecnologia própria, a ser utilizada em coerência com as necessidades básicas do país, tendo em vista a solução de problemas como a excessiva concentração de renda e a forte dependência externa. Contudo, uma proposta desse nível necessita não simplesmente da boa vontade de alguns técnicos, ou mesmo de um Instituto, isoladamente, mas fundamentalmente de uma política de longo alcance que vincule-se — e aí está o centro da questão — a um real posicionamento frente às empresas estrangeiras, interessadas tão somente em manter seu lucrativo controle sobre a tecnologia.

Colecione a NOVA HISTÓRIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA



Vamos contar e mostrar tudo

- Desde o início do samba até os acontecimentos mais significativos dos últimos anos.
- Sob a orientação de uma equipe de consultores, a 1.ª edição da HISTÓRIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA foi atualizada e aumentada.
- Novos autores, novas músicas, o melhor da obra de cada compositor.
- E tudo isso na voz de intérpretes como Chico Buarque, Nara Leão, MPB 4, Dorival Caymmi, João Gilberto, Dick Farney, Gal Costa, Carmen Miranda, Quarteto em Cy, Tom Jobim, só para citar os que aparecem logo nos primeiros números.

Em cada número um fascículo histórico

- Totalmente ilustrado a cores, com fotos históricas e textos que contam tudo sobre o compositor, suas músicas, suas origens, influências, sua época e os grandes momentos de sua vida.
- E o fascículo traz também as letras de cada música do disco.

Em cada número um disco estéreo

- Um LP contendo 8 músicas em estéreo, as mais importantes de cada autor.
- A melhor gravação com os melhores intérpretes de cada música.
- Ao final da obra você terá em casa as mais importantes gravações de cada período da música popular brasileira.
- E você poderá guardar sua coleção em magníficos e práticos estojos.

O N.º 1 é Chico Buarque

E estes são alguns dos números seguintes: Dorival Caymmi, Paulinho da Viola, João Bosco e Aldir Blanc, Lupicínio, etc.

Você poderá encontrá-los a cada 15 dias nas bancas.

**Nas bancas em 14 de setembro.
Um lançamento quinzenal.**



A PRIMEIRA E MAIS COMPLETA OBRA JÁ REALIZADA SOBRE A HISTÓRIA DA NOSSA MÚSICA.

CORO DOS DESCONTENTES



A resposta a De Cicco

Em carta publicada no *Jornal da Tarde* a 20 de agosto, na seção S. Paulo pergunta, o discutido «professor» da Escola de Comunicações e Artes da USP, Claudio De Cicco, fez uma série de acusações a alunos e a uma suposta «gang de extremistas» existente na Escola. Em resposta, foi enviada à mesma seção do *Jornal da Tarde* a carta abaixo assinada.

O professor Cláudio de Cicco acaba de ser afastado de seu cargo pela Congregação da Escola de Comunicações e Artes da USP, por estar totalmente incompatibilizado com os alunos. Mas ainda cabe aos alunos apurar algumas arestas deste caso: a respeito da carta escrita pelo professor Cláudio De Cicco, e publicada pelo *Jornal da Tarde* no dia 20 de agosto passado na sua página 4, carta esta intitulada «A luta de um professor da Escola de Comunicações», sentimo-nos no direito e no dever de dizer que se trata da obra de um elemento que, a partir justamente da publicação dessa carta, deixa de ser simplesmente um professor repressivo e ignorante, desprezado e repudiado pelos alunos que passaram pelas suas mãos, para tornar-se um fanático provocador de extrema-direita, que ataca covardemente o Centro Acadêmico Lupe Cotrim, única entidade representativa dos alunos da Escola de Comunicações e Artes da USP, tentando fazer crer que é ele o oprimido, o censurado, o impedido de desempenhar suas funções. Ele e os «estudantes democratas» (como faz questão de frisar na sua carta), que nunca se soube se existem mesmo ou não, pois o repúdio a tal professor é total na ECA. Senão, vejamos:

— O «professor» Cláudio De Cicco sempre foi conhecido pelos alunos da ECA como o exemplo característico dessa categoria de mestres que passaram a proliferar no ensino brasileiro nos últimos anos: totalmente incapaz para as funções que lhe eram atribuídas, ficou célebre pelos erros grosseiros que cometeu aos magotes ao «ministrar» seja Problemas Sociais e Econômicos Contemporâneos seja a disciplina Cultura Brasileira. Basta dizer, para exemplificar, que para ele os problemas contemporâneos começavam na Idade Média e terminavam, de acordo com a sua programação, antes da Revolução Industrial. Além disso, o clássico de economia «Wealth of Nations» de Adam Smith, cujo título em português é «A Riqueza das Nações», era traduzido pelo «professor» De Cicco como «A Saúde das Nações».

Isso de um lado. Por outro lado, tal professor sempre defendeu perante os alunos as posições mais retrógradas possíveis, e punha tais idéias em prática nas próprias aulas, impedindo qualquer debate que ameaçasse por em dúvida suas pueris exposições. Portanto, quem primeiro impediu o «professor» De Cicco de «dar aulas com liberdade» (como diz sua carta) foi ele mesmo.

— No 2º semestre de 1973, na cadeira de Cultura Brasileira, De Cicco convidou um dos irmãos Villas Boas para dar uma palestra numa de suas aulas. Quando o convidado falou que «no Brasil mata-se e sempre se matou um grande número de índios» De Cicco levantou-se indignadíssimo e gritou: «Não admito subversão na minha aula». Já no primeiro semestre de 1974, quando dava Problemas Sociais e Econômicos Contemporâneos para os alunos do 3º semestre,

conseguiu através das artimanhas as mais variadas reprovar um aluno que ousara ir contra os seus «ensinamentos». A falsidade da reprovação era tão evidente que, quando os alunos da classe o questionaram, revoltados com o seu procedimento, De Cicco não teve outra alternativa senão a de aprovar o aluno, desfazendo seu jogo sujo.

— No primeiro semestre de 1975, durante a greve da ECA, na qual os alunos da Escola (a totalidade, ao contrário do que tenta insinuar este «professor») lutavam contra o diretor Manuel Nunes Dias, exigindo sua renúncia, De Cicco deixou bem claro o quanto ele é um defensor das maiorias silenciosas contra as de minorias «agitadores extremistas»: correndo um abaixo-assinado a favor do diretor Nunes entre os professores, ele conseguiu o «impressionante» total de 19 (dezenove) adesões. Apenas como lembrete: a ECA tem cerca de 200 professores. Aliás, nesse episódio, De Cicco, o defensor das liberdades e da democracia, como ele mesmo gosta de se intitular, chegou a perseguir e ameaçar professores que recusavam colocar seus nomes no abaixo-assinado.

— No segundo semestre de 1975, dada a impossibilidade de manter qualquer diálogo, pois o «professor» se mostrava cada vez mais intrínseco na sua postura ditatorial, cerca de 120 alunos do terceiro semestre, na disciplina de Problemas Sociais e Econômicos Contemporâneos, paralisaram as aulas e exigiram a substituição de De Cicco, no que foram atendidos pelo departamento competente. Nesse semestre, De Cicco não deu mais aulas. Apenas como amostra de sua concepção democrática de aula: quando os alunos quiseram com ele debater, sua resposta foi bem clara: «Nesta classe quem manda sou eu! Eu sou o professor!»

— No primeiro semestre deste ano, De Cicco foi designado para dar Cultura Brasileira aos alunos do 2º semestre. Desta vez, foram três classes com um total de mais de 200 alunos que paralisaram suas aulas exigindo a saída do «professor». Mais uma vez, o Departamento considerou a justiça da reivindicação dos alunos e afastou De Cicco.

— A crise (termo que De Cicco gosta muito de usar) do presente semestre tem origem no fato de as duas classes do 2º semestre, antes mesmo de assistirem a qualquer aula do «professor», decidem boicotá-las. E porque boicotar as aulas de De Cicco sem nunca tê-las assistido? Pressão de uma «minoria de agitadores extremistas»? Imaturidade? Um rompante juvenil? Pelo contrário, a decisão antecipada dos alunos do 2º semestre demonstra, por um lado, que eles compreendem o quanto seria errado curvar-se diante de mais esta imposição da burocracia da escola; por outro, eles acreditam mais nas 6 classes que os antecederam na espinhosa tarefa de suportar tal professor dando aulas, do que nele próprio. Depois de alguns escândalos menores (sendo que o maior é De Cicco continuar dando aulas na escola) o «professor» promove uma verdadeira passeata solitária pelos corredores da ECA, gritando coisas como «Viva a liberdade de ensino» (isto é, a liberdade de ele poder dar aulas para mais de 450 alunos que o repudiaram, a liberdade de proibir a seu bel-prazer a livre expressão dos alunos em suas aulas); «Abaixo os comunistas do Centro Acadêmico»; «Os estudantes democratas que me sigam» (simplesmente lamentável, ainda desta vez não se achou um só «estudante democrata» que o secundasse); e muitas outras frases e afirmações muito semelhantes às do arsenal de organizações do tipo da Tradição, Família e Propriedade, da qual aliás De Cicco é simpaticamente declarado além de colaborar regularmente na revista *Hora Presente*, órgão da não menos famigerada OPUS DEI.

— E agora vem essa carta publicada no *Jornal da Tarde*, verdadeira obra-prima de um fanático ultra-direitista, provocador da mais baixa categoria, que tenta se fazer de mártir perseguido por uma «gang que ocupou o Centro Acadêmico durante a famosa

crise do ano passado» (a greve da ECA). Os alunos do 2º semestre começam a conhecer melhor aquele que seria seu professor: tanto eles quanto os demais alunos da escola são testemunhas da ridícula passeata e da carta do «professor».

E agora, no dia 1º de setembro, De Cicco foi afastado pela Congregação da ECA, quando os alunos do 2º semestre ainda permaneciam sem assistir às suas aulas. Alunos de praticamente todos os cursos e séries da ECA foram em peso receber a resposta do abaixo-assinado que exigia o afastamento de De Cicco de seu cargo e sua substituição por outro professor. E a resposta da Congregação incluía não só o afastamento de De Cicco, como também um processo administrativo contra ele, que durará 60 dias, por «ter extrapolado suas funções de professor», segundo palavras do próprio diretor Manuel Nunes Dias. De Cicco age e sempre agiu como se «dar aos alunos todo o incentivo para a livre pesquisa dos problemas», como se lê na sua carta, fosse compatível com as suas últimas atitudes e com o modo extremamente repressivo com que ele conduz suas aulas. Goebbels não executaria melhor esses malabarismos de raciocínio. Quanto à «gang de extremistas», ela nada mais é do que o conjunto dos alunos da ECA que, num determinado momento do ano passado, dispuseram-se a dar um basta à péssima situação de ensino e à ausência de liberdade de expressão, manifestação e organização na escola. Indivíduos como Cláudio De Cicco sempre tiveram boa parte de responsabilidade por essas condições contra as quais os alunos passaram a lutar.

Caracteriza-se agora com o novo afastamento de Cláudio De Cicco mais uma vitória dos estudantes contra o autoritarismo e o baixo nível de ensino, constantes na ECA, na USP e no ensino brasileiro em geral. Esperamos que desta vez, a vitória seja definitiva, e De Cicco nunca mais venha dar aulas na ECA.

O mínimo que podemos fazer é tentar esclarecer a opinião pública sobre os termos e as declarações contidas na carta intitulada (acreditamos que ironicamente) «A luta de um professor da Escola de Comunicações».

**CENTRO ACADÊMICO LUPE COTRIM
ECA USP**

(Seguem 206 assinaturas).

Sobre a Reunião Nacional de Entidades Estudantis

Em virtude de má interpretação de que foi vítima a REUNIÃO NACIONAL DE ENTIDADES ESTUDANTIS, o Centro Acadêmico Armando Salles Oliveira, enviou à imprensa a carta abaixo para maiores esclarecimentos a respeito do ocorrido:

Como é do conhecimento da opinião pública através da imprensa em geral, realizou-se no dia 28/8/76, no Campus de São Carlos da USP, uma Reunião Nacional de

Entidades Estudantis, a qual contou com a participação de cerca de setenta Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos e Diretórios Centrais de Estudantes. Nesta reunião como pode ser lido na *Folha de S. Paulo* entre outros órgãos da imprensa, discutiu-se a seguinte pauta, aprovada para o próximo Encontro: «Informes de cada Estado sobre a situação; discussão e apresentação de propostas quanto à posição e participação nas eleições municipais de 15 de novembro; discussão de reivindicações estudantis a serem feitas a nível nacional; e deliberação da forma de reorganização do movimento estudantil brasileiro, a partir do encontro». (*Folha de S. Paulo*, de 31/8/76, pg.13).

Ocorre que insistentemente tem-se tentado atribuir ao Encontro um caráter alheio ao meio estudantil que ele absolutamente nunca teve — prova disso foram as declarações do Governador Paulo Egydio Martins de que «a estrutura dessa reunião não foi de caráter estudantil, de estudantes que estão dispostos a debater os seus problemas». (*Folha de S. Paulo*, de 31/8/76). Ora, como pode ser visto pela pauta de reunião divulgada amplamente pela imprensa, todos os assuntos são de pleno interesse estudantil, a não ser que se queira negar ao estudante o direito de discutir problemas que o afetam como aluno, como cidadão brasileiro. Continua o governador dizendo que «sabemos que dela (da reunião) tomaram parte elementos estranhos aos quadros da Universidade brasileira». O que podemos dizer a esse respeito é que, da reunião, só participaram alunos, inclusive a exigência básica para participação do Encontro era a identificação dos participantes tendo como objetivo, justamente, impedir a entrada de elementos estranhos ao meio estudantil. A própria imprensa não teve acesso ao local da assembleia, embora não lhe fosse vedado ouvir a reunião do lado de fora, e a todo instante a comissão de imprensa da reunião prestava todas as informações solicitadas pelos repórteres.

Mas o governador continua dizendo que «diagramas escritos com mapas completos sobre pontos de fuga e de refúgio, hospitais e ambulâncias onde eventuais feridos poderiam ser socorridos ou internados, no caso de repressão, e isto não configura uma simples reunião de estudantes para debater problemas da classe». Ora, mais uma vez, o governador se demonstra muito mal informado. Os diagramas escritos com mapas completos, realmente existem só que, dando-se uma olhada nos mesmos, fica claro que seu único objetivo foi de prestar informação aos visitantes sobre a cidade de São Carlos. Inclusive esse mesmo «mapa» é entregue todos os anos aos ingressantes da escola de Engenharia de São Carlos no tradicional «Boletim do Calouro». A não ser que se entenda como «pontos de fuga» locais como Telefônica, Teatro Municipal, Mercado, Correio, Catedral, Estações Rodoviárias, Pensões, Hospitais, etc. que são informações úteis a qualquer visitante.

O clima de tensão reinante durante o Encontro foi gerado por elementos, estes sim estranhos ao meio estudantil, ou seja, os órgãos de segurança que, através de constante assédio às dependências do Campus e adjacências fiscalizando hotéis e pensões da cidade e até pressionando, de diversas maneiras, alunos e autoridades universitárias, desrespeitando a autonomia universitária. Fatos semelhantes de intromissão destes «elementos estranhos» vêm se verificando já há algum tempo no meio universitário, como atestam os atos repressivos que ocorreram esses dias no ... CEFISMA (Centro de Estudos de Física e Matemática da USP) e no Centro Acadêmico Visconde de Cairu da FEA (Economia - USP), com arrombamentos, roubo de material dos alunos e retirada de mimeógrafos, como atestam as violações de murais, roubo das urnas do DCE, policiamento ostensivo na Cidade Universitária. E nós, alunos do Campus de São Carlos, em Assembleia Geral em 31/8/76 manifestamos nosso repúdio a esses atos anti-democráticos.

E por tudo que dissemos acima que não podemos, de maneira alguma, aceitar declarações como a do governador Paulo Egydio. Se o governador desejasse informações corretas, ou mesmo demonstrasse interesse pelos nossos problemas, deveria, ao menos, dirigir-se a nós estudantes que não escondemos em momento algum, nossos objetivos e anseios em resolver e discutir questões que interessam não somente a nós, como também à população em geral. E não, como ocorreu, basear-se em informações falsas e incorretas de «elementos estranhos» que o próprio governador condena. Queremos o diálogo aberto, o exercício da democracia o direito de participar das decisões porque entendemos que só dessa forma é que existirá, verdadeiramente, uma DEMOCRACIA no país.

Por liberdade de manifestação e organização! Pelo direito de reunião! Pela participação nas decisões!

(ASSEMBLEIA GERAL DOS ALUNOS - Campus de São Carlos - USP em 31/8/76)



ELEIÇÕES: VOTAR EM QUEM?

Com a aproximação das eleições municipais de novembro de 76, cada vez com maior insistência chegam-nos os apelos do «donos do poder» e dos intelectuais a eles ligados para que votemos (no MDB ou na ARENA) a fim de exercermos o nosso «direito democrático». Chamam-nos, enfim, à prática da «democracia». E preciso, porém, frente a esses apelos, colocarmos a realidade dos fatos que nos parece bastante diversa. Ou seja, que representa, hoje, no Brasil, o País a ponto? Quais seus poderes? O que representam os partidos políticos? O que defendem? Frente a estas questões que DOIS PONTOS tenta neste artigo analisar, nossos «direitos democráticos» estão a tal ponto amesquinhados que, acreditamos, a melhor forma de praticarmos a democracia não se encontra naqueles apelos:

FIM DOS PARTIDOS POLÍTICOS: AI 2

Após a tomada do poder pelos militares, em 64, não houve um imediato fechamento do regime; ainda que a repressão fosse intensa, dirigida principalmente contra as organizações das camadas populares. Procurou-se manter a aparência de «democracia» através das eleições presidenciais diretas, marcadas para 65, mantiveram-se os partidos políticos burgueses e sua representatividade no parlamento e mesmo o primeiro AI, promulgado em abril de 64, tinha um caráter transitório.

Esta situação, porém, em breve, começou a transfigurar-se e a partir de então, em um contínuo, se impôs o fechamento progressivo do regime e o fim do que restava das liberdades democráticas.

Isto porque após o golpe de 64, os detentores do poder reorganizaram a sociedade brasileira visando o novo estágio do desenvolvimento capitalista monopolista. Para tanto necessitaram excluir de qualquer participação política não só a grande massa trabalhadora como também neutralizar as dissensões internas relativas às classes dominantes. Ou seja, uma só de suas frações — a que representava o grande capital — deveria ser hegemônica politicamente.

É sob esta perspectiva que é possível compreender as restrições políticas sempre crescentes impostas mesmo àqueles que estavam coniventes com a nova política implantada. É o caso, por exemplo, da Lei das Inelegibilidades visando impedir a participação política dos antigos «líderes»; do AI 2, que entre outras coisas, estabelecia a eleição indireta para presidente da República; estendia a competência da Justiça Militar para crimes contra a segurança nacional; limitava o prazo para discussão dos projetos de lei apresentados pelo executivo; o presidente passa a ter prazo ilimitado para suspender direitos políticos e de cassar mandatos; amplia-se a intervenção Federal nos Estados e finalmente extinguem-se os Partidos Políticos existentes.

Posteriormente, as eleições dos governadores e prefeitos das capitais e cidades consideradas de segurança nacional, serão indiretas.

Dessas várias medidas adotadas pode-se começar a perceber a farsa que o Parlamento vem assumindo no Brasil não só pelo seu caráter restrito em termos de poder político e de decisão, como também em relação ao caráter não-representativo que assumem suas organizações partidárias.

Se antes da extinção dos partidos políticos este fato já se colocava na medida em que o Parlamento representava tão somente os interesses das classes dominantes; posteriormente, com a criação do MDB e da ARENA a artificialidade desse tipo de representação se tornou notória.

A análise de sua composição social também coloca em pauta sua artificialidade assim como também o caráter que a oposição consentida assumirá. Tanto a ARENA quanto o MDB arregimentaram em sua formação elementos oriundos dos partidos anteriores. Para a ARENA dirigiram-se, majoritariamente, os antigos participantes da UDN, PSP, PSD — embora contando, também com os elementos da UDN e do PDC. Esta divisão arbitrária explica-se pelo caráter «não-ideológico» dos antigos partidos. Ou seja, apesar de se constituírem em coligação de caráter nacional, representavam



interesses heterogêneos regionais. Tendo como ponto em comum a manutenção do sistema.

É preciso notar também que, na verdade, a função deste parlamento será a de ser um suporte às realizações políticas e econômicas do governo. Tanto é assim que qualquer resistência ao Executivo, qualquer oposição mais consequente sempre resultará em cassações, suspensão dos direitos políticos ou fechamento do Congresso — pura e simplesmente — como foi o caso em 66 quando o Congresso foi fechado após referendar (com abstenção do MDB) o nome de Arthur da Costa e Silva e Pedro Aleixo para a Presidência e Vice-Presidência da República.

As eleições em 1966 mostram bem a pouca motivação que inspirava essa farsa eleitoral, essa pseudo — representação. Dos 23 milhões de eleitores inscritos, somente 17 milhões foram às urnas. Um quarto dos eleitores, portanto, não compareceu. Dos votos depositados, 7% eram nulos e 14% brancos. A «vitória» coube à ARENA.

NOVA CRISE: AI 5

O biênio 67/68 representou o ponto em que as contradições que vinham se acumulando tiveram condições de explodir. As oposições interburguesas se revelaram, principalmente, com a formação da Frente Ampla que tinha como ponto básico a redemocratização (fim das eleições indiretas para Presidente da República, elaboração de uma nova constituição onde houvesse pluralidade partidária, anistia) e se chocava, portanto, com as medidas postas em prática pelo regime. O movimento estudantil também colocava, através de manifestações, o descontentamento com a situação. Greves operárias, apesar de todo o cerceamento imposto, começaram a aparecer setorializadas.

Bastou isso para os setores militares e a fração de classe dominante por ele representada. Para se manterem no poder e consolidarem um projeto político-econômico que vinha sendo tentado, sem êxito, desde 1964, decretaram um novo Ato Institucional: o AI 5 em dezembro de 1968.

Mais do que um simples ato de exceção, este AI reestruturou o poder político — centralizando os instrumentos de ação no Executivo, na Federação — possibilitando a implementação do projeto político-econômico monopolista. Daí que objetive «encontrar os meios indispensáveis para a obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil...» (preâmbulo do AI 5).

Através do AI 5 o Congresso foi colocado, em dezembro de 68, em recesso por tempo

indeterminado e independentemente de qualquer controle judiciário, foi assegurado ao Presidente o poder de sanções políticas. Restringindo ainda mais o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. O AI 5 suspendeu o «habeas corpus» para os casos de crimes políticos e contra a segurança nacional.

O Congresso só será reaberto, através do AI-17, em fins de 1969, a fim de homologar a candidatura de Médici. O MDB, novamente, absteve-se da votação. Através da revisão constitucional de 1969, todas as medidas de exceção, desde 1967, foram englobadas ou sobrepostas à Constituição.

As eleições de 1970 marcaram a vitória do voto nulo e do voto em branco. A ARENA obteve a maioria parlamentar, e o MDB ficou em franca minoria.

1974: O QUE REPRESENTOU?

As eleições de 1974 assumiram um caráter diverso em virtude de uma série de fatores. O determinante dessa nova conjuntura, que já vinha há tempos se delineando, foi a crise econômica, o fim do «milagre» que trouxe à tona as oposições interburguesas e acelerou o descontentamento por parte dos trabalhadores.

Foi dentro desse contexto de crise que o grupo de Geisel subiu ao poder com a «distensão» como projeto político.

Enquanto a distensão se manteve somente em palavras — na verdade nenhum ato veio efetivá-la — o modelo econômico implantado perdurou, mantendo suas principais características. As classes oprimidas, não contando com nenhum canal autônomo de reivindicação manifestaram, através do voto nulo, e principalmente através do voto na oposição, o seu descontentamento, utilizando o precário direito de voto como um instrumento de protesto. De certa forma o MDB teve seu trabalho facilitado, na medida em que as eleições assumiram um caráter plebiscitário.

Assim, apesar de as eleições de 1974 (e a vitória da oposição) se constituírem em um marco importante na medida em que demonstraram o descontentamento de ampla parcela da população, e principalmente das classes oprimidas — onde o MDB teve ampla votação — não se constituíram em alternativa, devido ao restrito poder político do Parlamento, como também em função dos interesses de classe dominante que a maioria dos parlamentares oposicionistas representam.

Serviu, no entanto, para evidenciar a artificialidade do bipartidarismo proposto pelas classes dominantes, na medida que fez com que muitos dos membros da oposição consentida se vissem obrigados a «repre-

sentar» os anseios populares, ou criou condições para que os elementos mais consequentes do partido, realmente tentassem fazê-lo.

Serviu, também, para evidenciar o isolamento progressivo do regime. Privado de base popular de sustentação e comportando entre as próprias frações de classe dominante que o sustenta, divisões e contradições; encontra-se em um impasse tanto econômico quanto político. Daí a manutenção de um modelo político-econômico falido, do qual pouco a pouco se perde o controle como é o caso do Ministro Velloso e Simonsen, apelando para o não crescimento da economia (quando esta chegou a 10% de crescimento, no primeiro semestre, e a taxa prevista era de apenas 4%). Demonstrando, portanto, que perdem o controle da importação, do crescimento da dívida externa, etc. Outros sintomas que refletem a crise de hegemonia por que passam as classes dominantes, e aqui pode aferir-se da ofensiva antiestatizante, da denúncia das mordomias, dos apelos a redemocratização, que parte de elementos ligados ao partido do governo, como é o caso de Teotônio Vilela.

A série de «desencontros» poderia ir mais longe. O importante, porém, a reter, é que estes «desencontros» que expressam crises, se tornando cada vez mais evidentes, colocam em cheque a própria hegemonia das classes dominantes e a inviabilidade de manter-se o equilíbrio.

É dentro deste contexto que surge o terrorismo praticado pela extrema-direita que pode resultar em um golpe ou em um maior endurecimento do regime — se caso esses setores conseguirem a força necessária.

Frente a esses fatos a cúpula do MDB propõe a «união nacional», visando fortalecer o presidente Geisel. Capitulando enquanto «oposição» sem porém, oferecer qualquer solução frente a uma «situação» dividida.

É, também, frente a esta conjuntura de crise para as próprias classes dominantes que começam a surgir embrionárias, ainda, sem organicidade efetiva as manifestações de massa. Como é o caso das assembleias populares ocorridas na periferia, como também o recrudescimento do movimento sindical e o fortalecimento de suas oposições (ver matéria na pág. 11). Ou ainda, manifestações espontâneas assumindo um caráter político, como se deu em função da morte de J.K.

É tendo em vista esta conjuntura que se colocam as eleições municipais de novembro próximo.

Dependendo de qual seja o resultado — ao que tudo indica o voto de protesto e de negação ao regime vencerá nas principais cidades — muita coisa deverá mudar após essas eleições; um impasse não poderá ser mantido por mais tempo, nem tampouco situações paliativas ou de compromissos se manterão. Uma reforma constitucional, ou mesmo uma nova Constituição com a formação de uma Assembleia Constituinte é antevista e parece emergir como alternativa para várias frações das classes dominantes. Nesse sentido manifestam-se diversos políticos: é o caso de Dinarte Mariz, que propõe através de um Ato Institucional transformar o atual congresso em uma Constituinte. Já Tancredo Neves, deputado do MDB defende a reforma da atual constituição que seria conduzida pelo Presidente Geisel e com a participação do MDB e da ARENA.

As fórmulas apresentadas pelas classes dominantes em luta evidenciam bem sua intenção: encontrar meios de preservação e permanência da atual estrutura de poder.

É frente ao impasse em que está colocado o regime, permeado de contradições, sem bases, e sua tentativa de preservar o poder, que cabe aos trabalhadores pressionar por uma Assembleia Constituinte livre, eleita diretamente, com ampla representação, onde haja livre organização dos Partidos Políticos. Somente pela pressão e luta das classes oprimidas por uma Assembleia Constituinte é que esta se tornará uma verdadeira alternativa ao regime econômico-político, que até então nos impuseram, e emergirá como um passo adiante na reorganização das classes oprimidas.